

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO
CURSO DE CONTABILIDADE

DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

FRANCISCO WELLINGTON DE OLIVEIRA

FORTALEZA, JULHO, 1999

DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS

FRANCISCO WELLINGTON DE OLIVEIRA
PROF. ORIENTADOR - PAULO PESSOA DE BRITO

Monografia apresentada à Faculdade
de Economia, Administração, Atuária,
Contabilidade e Secretariado, para
obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Contábeis

FORTALEZA, JULHO, 1999.

03/07/99

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, outorgado pela Universidade Federal do Ceará - UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

<hr/> Francisco Wellington de Oliveira	Média <hr/>
<hr/> Prof. Paulo Pessoa de Brito Prof. Orientador	Nota <hr/>
<hr/> Prof. Osório Cavalcante Araújo Membro da Banca examinadora	Nota <u>8,5</u>
<hr/> Prof. Vicente Lima Crisostomo Membro da Banca Examinadora	Nota <u>8,5</u>

Monografia aprovada em 22 / 07 / 99.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida.

Aos meus pais pelo incentivo.

Ao professor Paulo Pessoa pela dedicação e sugestões dadas para a realização da monografia.

Aos professores Vicente e Osório por fazerem parte da Banca Examinadora.

A minha noiva por sua compreensão.

A minhas irmãs pela colaboração.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1.

1. Balanço Patrimonial	02
1.1. Requisitos do Balanço Patrimonial	02
1.2. Etapas para a elaboração do Balanço Patrimonial	03
1.3. Conteúdo do Balanço Patrimonial	03
1.4. Grupo de contas do Ativo	04
1.5. Grupo de contas do passivo	06

CAPÍTULO 2.

2. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	11
2.1. Receita Bruta	11
2.2. Deduções da Receita Bruta	12
2.3. Custo das vendas	13
2.4. Despesas/Receitas Operacionais	13
2.5. Despesas/Receitas não Operacionais	14
2.6. Resultado da Correção Monetária do Balanço e provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	15
2.7. Lucro por Ação	16
2.8. Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício	16

CAPÍTULO 3.

3. Demonstração do Lucro ou Prejuízo Acumulado	18
--	----

CAPÍTULO 4.

4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	20
--	----

CAPÍTULO 5.

5. Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	23
5.1. Origens de recursos das operações	24

5.2. Aplicações de recursos24

5.3. Estrutura da Demonstrações das Origens e Aplicações dos Recursos.25

CAPÍTULO 6.

6. NOTAS EXPLICATIVAS26

CAPÍTULO 7.

7. BALANÇO SOCIAL - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO28

7.1. A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)29

7.2. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)29

7.3. Estrutura da Demonstrações do Valor Adicionado30

CONCLUSÃO32

BIBLIOGRAFIA33

RESUMO

Neste trabalho discute-se a estrutura das Demonstrações Contábeis, observando sua elaboração, legislação e transformações ocorridas, além de observar a importância das informações prestadas por elas. A preocupação neste estudo justifica-se pelo fato de que o contador, nesse mundo globalizado, não deve fazer apenas lançamentos contábeis, mas sim, fazer uma análise completa nas Demonstrações para ter o conhecimento da real situação patrimonial, financeira e econômica da empresa, com isso, a empresa fará investimentos com maior segurança.

O trabalho começa com o Balanço Patrimonial, onde é citado o conteúdo, etapas e o grupo de contas do Ativo e do Passivo; é discutida também a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Lucro ou Prejuízo Acumulado, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, também foi estudado as Notas Explicativas, e por último foi analisada a mais nova Demonstração que é a Demonstração do Valor Adicionado que faz parte do Balanço Social.

Foi concluído que as Demonstrações possuem uma grande importância no contexto contabilidade e principalmente nas empresas. Percebe-se que é essencial para o contexto social a obrigatoriedade da publicação do Balanço Social e conseqüentemente a Demonstração do Valor Adicionado, proposto através do Projeto Lei 3116/97, criado pelas deputadas Marta Suplicy (PT-SP), Maria da Conceição Tavares (PT-RJ) e Sandra Starling (PT-MG).

INTRODUÇÃO

Essa monografia é um estudo sobre a estrutura das Demonstrações Contábeis. Procura tornar evidente, em um estudo minucioso, sua elaboração, mostrada por parte, a legislação aplicada em cada caso, e as transformações ocorridas ao longo dos anos.

Sabemos que as Demonstrações Contábeis tornaram-se muito importantes dentro das empresas de um modo geral, tanto na parte fiscal como na parte gerencial. Para isso, sofreram ajustes e mudanças em sua estrutura, conceitos e conteúdo. Tornando-se mais eficientes e eficazes em suas informações prestadas a entidade, facilitando para os sócios a tomada de decisões.

As inovações sofridas nas Ciências Contábeis trouxeram uma valorização considerável as Demonstrações Financeiras, em virtude das empresas necessitarem de informações mais detalhadas e precisas para crescerem economicamente no mercado globalizado, e repassarem informações aos interessados, tais como: SUDENE, SUDAM, CVM, Banco Central e outros.

Como observamos, as Demonstrações Contábeis, são de grande importância para os usuários da contabilidade. São regulamentadas pela lei 6404/76, tornando-se obrigatórias não apenas para as empresas de capital aberto, mas também, para empresas de capital fechado e as limitadas.

Com essa obrigatoriedade as Demonstrações Financeiras tiveram que melhorar sua qualidade e quantidade de informações repassadas aos usuários e interessados. Para que isso aconteça, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos (DOAR) e a Demonstração do Lucro ou Prejuízo Acumulado (DLPA), demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), e ainda Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que surgiu para atender as necessidades de informações dos usuários sobre o valor da riqueza criada pela entidade, possuem uma ligação entre elas, e cada uma tem sua função sobre um aspecto da contabilidade. Também existe as Notas Explicativas que fazem parte das demonstrações.

As ciências contábeis continuam em evolução, pois tem uma atuação relevante na prestação de informações de cunho contábil para que os usuários tenham consciência da situação real da empresa, e através das demonstrações contábeis podemos oferecê-los essas informações, que são necessárias ao bom funcionamento e crescimento de uma entidade.

CAPÍTULO 1.

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil que deve refletir de forma clara e objetiva a posição patrimonial e financeira da entidade em um determinado período de tempo, que chamamos de exercício social e tem duração de 1 ano, geralmente coincide com o ano civil, embora não tenha essa obrigatoriedade. O Balanço Patrimonial representa a posição estática da entidade.

As empresas são obrigadas a levantar o Balanço Patrimonial pelo menos uma vez por ano, porém, algumas ultrapassam esse número para fins de informações gerenciais no aspecto financeiro e econômico.

O Balanço Patrimonial é constituído de duas colunas, que são: o Ativo(lado esquerdo), onde é estabelecido pelos os artigos 178 e 179, da Lei 6404/76 que as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez, e de contas do Passivo + Patrimônio Líquido(lado direito), que são dispostas em ordem decrescente de prioridade de pagamento das exigibilidades. Sabemos também que dentro dos grupos e subgrupos a ordem de liquidez deve ser mantida.

O ativo são todos os bens e direitos de propriedade da empresa, mensuráveis monetariamente, e que trazem benefícios presentes e futuros. É constituído pela aplicação dos recursos originados do passivo e PL que representam toda a fonte de recursos. O Passivo é composto de todas as obrigações que a empresa tem para com terceiros.

O PL evidencia recursos dos sócios ou acionistas aplicados na empresa.

1.1 - REQUISITOS DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial possui requisitos importantes para que sua elaboração atenda aos usuários de suas informações. São eles:

1º. Cabeçalho - deve conter:

- a) Denominação da empresa;
- b) título da demonstração, neste caso o nome Balanço Patrimonial;
- c) data do encerramento do balanço.

2º. Corpo - possui duas colunas

- a) coluna da esquerda - Ativo

b) coluna da direita - Passivo

3º. Colunas comparativas:

- facilita ao usuário da Demonstração a observação da evolução, possibilitando uma maior compreensão das mudanças ocorridas no patrimônio, pois ele fará comparação entre o exercício atual e o anterior. É uma exigência da Lei 6404/76, e está no seu artigo 176.

1.2 - ETAPAS PARA A ELABORAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL.

1ª. etapa - Levantamento do balancete de verificação do razão do último mês.

2ª. etapa - Ajuste das contas.

3ª. etapa - Encerramento das contas de receita e despesa.

4ª. etapa - Elaboração da Demonstração.

1.3 - CONTEÚDO DO BALANÇO PATRIMONIAL

Como já foi citado, no Balanço Patrimonial as contas classificam em dois grandes grupos, e são distribuídas em vários subgrupos, que de acordo com o artigo 178 da Lei 6404/76 determina que "as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e análise da situação financeira da companhia".

ATIVO	PASSIVO
- ativo circulante	- passivo circulante
- ativo realizável a longo prazo	- passivo exigível a longo prazo
- ativo permanente	- resultado de exercício futuro
investimento	- patrimônio líquido
imobilizado	capital social
diferido	reserva de capital
	reserva de reavaliação
	reserva de lucros
	lucros ou prejuízos acumulados

Como é verificado, os grupos são dispostos dentro do critério do grau de liquidez, já mencionado. Os critérios de avaliação dos ativos e de registros dos passivos são aplicados dentro do regime de competência.

1.4 - GRUPO DE CONTAS DO ATIVO

ATIVO CIRCULANTE:

Esse grupo é dividido segundo a Lei 6404/76, em

- Disponibilidades;
- Direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente;
- Aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.

Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade o Ativo Circulante sofre a seguinte divisão:

- Disponível: São entendidos como disponibilidades, o dinheiro em caixa, os saldos monetários em contas de movimento bancário e os saldos de contas relativas ao ativo de mais franca circulação e disponibilidade.

- Créditos: São as contas a receber, ou seja, são valores oriundos de vendas de mercadorias à prazo ou serviços prestados à prazo.

- Estoques: São as mercadorias a serem vendidas pela empresa, seja ela comercial ou industrial. São classificadas neste subgrupo, os estoques de produtos prontos ou mercadorias, matérias-primas, serviços em andamento, estoque de imóveis prontos para a venda ou em construção com prazo de entrega de 12 meses.

- Despesas antecipadas: São os pagamentos antecipados que devem ser apropriados como despesa no decurso do exercício seguinte. Como exemplo temos os prêmios de seguros, despesas financeiras, etc.

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

São ativos que possuem sua realização certa ou provável após o término do exercício seguinte, significa que normalmente a realização é feita num prazo superior a 1 ano a partir do próprio balanço.

A Lei 6404/76 determina no seu artigo 179, inciso II, que serão classificados nessa conta, "os direitos realizáveis após término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos à sociedade coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia."

geralmente, não há uma abertura de subgrupo no Ativo Realizável a Longo Prazo, como no Ativo Circulante, por se constituírem poucas contas.

ATIVO PERMANENTE

É constituído por bens de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da sociedade, e que dificilmente serão vendidos.

De acordo com a lei 6404\76 o Ativo Permanente é composto de 3 subgrupos: Investimentos, Imobilizado e Diferido.

- Investimento:

Nesse subgrupo são escriturados as participações permanentes em outras empresas, as aplicações em incentivos fiscais, após o certificado de investimentos, quando houver intenção de manter esses valores como investimentos, e as aquisições de imóveis, desde que não sejam para revenda ou destinados à manutenção das atividades da empresa.

- Imobilizado:

Neste subgrupo escrituramos as aplicações que tenham por objeto, bens destinados à manutenção das atividades operacionais da empresa. Os itens classificados na categoria de Ativo Imobilizado incluem:

- * Bens tangíveis: aqueles que tem corpo físico, tais como, terrenos, máquinas, veículos, benfeitorias em propriedades arrendadas, direitos sobre recursos naturais, etc.
- * Bens intangíveis: aqueles cujo o valor reside não em qualquer propriedade física, mas nos direitos de propriedade legalmente conferidos aos seus possuidores, tais como, marcas e patentes, direitos autorais, etc.

- Diferido:

São as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais um exercício social (ex. gastos pré-operacionais), inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder ao início das operações sociais.

Os Ativos Diferidos caracterizam-se por serem ativos intangíveis. E as despesas de organização são aqueles custos e gastos incorridos para a formação da entidade, ou seja, para que a entidade esteja jurídica e efetivamente em condições de existência.

Não incluem bens corpóreos, já que estes devem ser classificados no imobilizado.

Ativo Diferido é corrigido monetariamente, deduzido, em conta à parte, pela parcela correspondente à amortização acumulada, que também é corrigida.

CONTAS RETIFICADORAS DO ATIVO

No Balanço Patrimonial algumas contas que apresentam saldo credor devem ser agrupadas no ativo, uma vez que representam valores retificativos de elementos que integram os seus grupos.

* Contas retificadoras do Ativo Circulante:

- Títulos descontados.
- Provisão para crédito de liquidação duvidosa.
- Provisão para ajuste de estoque ao valor de mercado.

* Contas retificadoras do Ativo Realizável a Longo Prazo:

- Títulos descontados.
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Provisão para perdas.

* Contas retificadoras do Ativo Permanente

- Investimentos;
 - Provisão para perdas prováveis na realização de investimentos.
- Imobilizado;
 - Depreciação acumulada.
 - Exaustão.
 - Amortização.
- Diferido;
 - Amortizações.

1.5 - GRUPO DE CONTAS DO PASSIVO

No grupo de contas do passivo, as contas ficam divididas em:

- Circulante;
- Passivo Exigível a Longo Prazo;
- Resultado de Exercícios Futuros;
- Patrimônio Líquido.

PASSIVO CIRCULANTE

Neste grupo são escrituradas as obrigações da empresa, normalmente vencíveis em prazos inferiores ao do ciclo operacional da empresa, como: contas a pagar, dívidas com fornecedores de mercadorias ou matérias-primas, impostos a recolher (para o governo), provisões (PROPIR, provisão para férias), etc., é incluído também financiamento para aquisição de direitos do Ativo permanente, quando vencerem até o exercício seguinte.

PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Neste grupo são escrituradas as obrigações da empresa vencíveis após o exercício social seguinte, ou seja, prazo superior a seu ciclo operacional, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do Ativo Permanente. No caso do ciclo operacional da empresa ter duração maior que a do exercício social, a concepção terá por base o prazo desse ciclo.

RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

A Lei 6404/76, artigo 181, determina que “Serão classificadas como resultado de exercícios futuros as receitas de exercício futuros, diminuídas dos custos e despesas a elas correspondentes”.

É um grupo que consta no Balanço Patrimonial entre o Passivo Exigível a Longo Prazo e o Patrimônio Líquido. O seu objetivo é abrigar receitas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em anos futuros, sendo que já estão deduzidas dos custos e despesas correspondentes. Somente deve englobar tais receitas, menos despesas, ou seja, resultados futuros recebidos ou faturados antecipadamente, mas para os quais não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da empresa.

Este grupo não se inclui: adiantamento recebido de clientes por conta de fornecimento de bens, serviços, ou de obras por empreitada, também os juros ativos ou passivos a serem ganhos ou incorridos.

Diante da dificuldade de classificação de itens que pertençam realmente a esse grupo, o mais adequado todavia, é classificar tais contas como Ativo ou Passivo Circulante. Diante disso existe uma tendência entre os doutrinadores da ciência contábil em não considerar este subgrupo do passivo.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido representa o Capital da empresa, reservas e o lucro acumulado no decorrer dos anos, e não distribuídos. O mesmo é a diferença entre o valor dos ativos e dos passivos mais o resultado de exercícios futuros. De acordo com a Lei 6404/76, o Patrimônio Líquido, é dividido em: Capital Social, Reserva de capital, Reserva de Reavaliação, Reserva de Lucros e Lucros ou Prejuízos Acumulados, e são contas representativas: dos investimentos dos proprietários da companhia; das reservas oriundas de lucros obtidos pela companhia; das reservas oriundas da Correção Monetária do próprio Patrimônio Líquido; e das reservas provenientes de reavaliação de ativos.

* Capital Social - Representa valores recebidos pela empresa, através de investimentos feitos por sócios ou acionistas, ou por ela gerados, e que por decisão dos proprietários estão formalmente incorporados ao Capital.

No grupo do Capital Social estão classificadas as contas representativas do Capital Subscrito, e por dedução a parcela ainda não realizada, tais como: Capital, Capital a Integralizar, etc.

*Reservas de Capital - Representam valores recebidos que não transitaram pelo seu resultado como receitas. Estão classificadas nesse grupo as contas que registrarem:

- os valores recebidos, a título de ágio na subscrição de ações, que ultrapassem a importância destinada à formação do Capital Social;
- o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;
- o prêmio recebido na emissão de debêntures;
- as doações e as subvenções para investimento;
- a Correção Monetária do Capital Realizado (Capital Social) enquanto não capitalizado.

* Reserva de Reavaliação - Representam acréscimo de valor atribuído a elementos do ativo imobilizado acima dos índices de correção monetária.

"São as contrapartidas de acréscimos de valor atribuídos ao Ativo Permanente em circunstância de novas avaliações normalmente ao valor de mercado" (Ludícibus e Marion, 1991).

* Reserva de Lucro - Representam lucros obtidos pela empresa retidos com finalidade específica e não distribuídos. Serão constituídas sobre esse lucro as seguintes reservas:

- Reserva Legal: A Lei 6404/76 determina que 5% sobre o lucro líquido é para assegurar a integridade do capital. É obrigatória para as Sociedades Anônimas.

- Reserva estatutária: São as reservas estabelecidas pelo estatuto da empresa, destinadas a fins específicos, como para a renovação de equipamento.

A Lei 6404/76, artigo 194 estabelece que "O estatuto poderá constituir reservas desde que para cada uma:

I - indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade;

II - fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição;

III - estabeleça o limite máximo da reserva."

- Reserva para Contingência: São as reservas propostas e aprovadas pelos sócios e acionistas com finalidades específicas de cobrir prejuízos causados por fenômenos naturais (secas, inundações, etc.) que afetem de forma significativa as operações da empresa.

- Reserva de Lucros a Realizar: Nela estão os lucros financeiramente não realizados, porém economicamente existentes. É uma reserva que só existe na empresa se a mesma não tiver recursos suficientes para pagar os dividendos.

* Lucros ou Prejuízos Acumulados - Os resultados obtidos são transferidos para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, e permanecem até ser tomada alguma decisão, ou seja, são retidos sem finalidade específica (quando lucro) ou ficam à espera de absorção futura (quando prejuízo).

È uma conta que representa a integralização entre o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício.

CONTAS RETIFICADORAS DO PASSIVO

- Os custos e despesas, bem com despesas relativas às receitas antecipadas, registradas em conta do grupo Resultado de Exercícios Futuros.

- Ações em tesouraria, que não devem ser registradas no Ativo, mas como dedução de conta no Patrimônio Líquido que registrar a origem dos recursos aplicados na sua aquisição.

- A que representa o prejuízo acumulado, que será um valor deduzido dos elementos do Patrimônio Líquido.
- A parcela do Capital a Realizar, que será deduzida do Capital Social.

CAPÍTULO 2.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

A Demonstração do Resultado do Exercício destina-se a definir claramente o lucro ou prejuízo do exercício, e por ação de forma resumida, mediante confronto das receitas, custos e despesas incorridas no exercício.

As receitas são os acréscimos nos ativos no decorrer do exercício, provenientes de vendas de mercadorias ou serviços, ou outras que constituam as principais atividades decorrentes de uma empresa.

As despesas, são os dispêndios ou outros decréscimo de ativos ou acréscimos de exigibilidade no decorrer do exercício, relacionados com venda ou produção de mercadorias ou serviços.

Essa Demonstração Contábil tem como objetivo, fornecer aos usuários os dados básicos e essenciais da formação do resultado, lucro ou prejuízo, do exercício. Ele deve ser apresentada na posição vertical, e discriminados seus componentes de forma seqüencial.

Ressaltamos que o artigo 187, parágrafo 1º. da Lei das S.A disciplina a apresentação dessa Demonstração Contábil destacando os princípios contábeis que devem ser reconhecidos durante o exercício destacando-se o da competência conforme segue:

- A) As receitas e os rendimentos ganhos num período, independentemente de sua realização em moeda;
- B) Os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a estas receitas e rendimentos.

Sabemos que juntos o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, complementam-se e atingem a finalidade de mostrar a situação Patrimonial-Econômico-Financeiro da empresa.

2.1 - RECEITA BRUTA

A Lei 6404/76, em seu artigo 187, itens I e II, estabelece que a Demonstração do Resultado do Exercício deverá discriminar (I) a receita bruta de vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos, e (II) a receita líquida das vendas o serviços.

Assim sendo, as vendas deverão ser contabilizadas pelo valor bruto, incluindo o valor dos impostos, sendo que estes; as devoluções e os abatimentos, deverão ser registrados em contas devedoras específicas, as quais serão classificadas como contas redutoras das vendas.

“Já o Regulamento do Imposto de Renda, define receita líquida como sendo a receita bruta diminuída das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas”, exceto quando aos impostos não-cumulativos, pois a Instrução Normativas da SRF No. 051-78 acrescentou que na receita bruta não se incluem os impostos não-cumulativos (IPI).

Dessa forma criou-se a seguinte situação: para fins de Imposto de Renda o ICMS faz parte das receitas brutas. O IPI não faz parte da receita bruta de vendas, enquanto para a lei das S.A são integrantes dela.

Para, de certa forma, conciliar a situação e atender a essas legislações, conservando assim, bons critérios, e para não prejudicar a comparabilidade das demonstrações, poder-se-ia adotar a seguinte estrutura:

Faturamento Bruto

IPI Faturamento Bruto

Receita Bruta de Vendas e Serviços

2.2 - DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

As vendas canceladas correspondem a anulação de valores registrados como receitas brutas de vendas e serviços.

Os abatimentos e descontos sobre vendas e serviços são considerados aqueles concedidos incondicionalmente.

Os impostos, assim considerados para efeito de dedução das vendas e serviços, são os que guardam proporcionalidade com o preço das vendas ou dos serviços prestados. Os impostos que incidem sobre as vendas são:

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (Estadual), e Energia (Estadual)

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados (Federal)

ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Municipal)

IVVC - Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos, exceto óleo diesel (Municipal)

PIS - Programa de Integração Social - (Contribuição/Governo Federal)

COFINS - Contribuição para o Finsocial (Contribuição/Governo Federal)

2.3 - CUSTOS DAS VENDAS

A apuração do custo dos produtos vendidos está diretamente relacionada aos estoques da empresa, pois representa a baixa efetuada nas contas de estoques por vendas realizadas no período.

Nas empresas comerciais, a fórmula é simples, pois as entradas são representadas pelas compras de mercadorias destinadas à venda.

No caso das empresas industriais, todavia, as entradas representam toda produção completa no período, sendo que, para tais empresas, é necessário um sistema de contabilidade de custos, cuja complexidade vai depender daquela do sistema de produção e das necessidades internas para fins gerenciais.

Os custos dos serviços prestados são apropriados como custos aqueles que se relacionam diretamente, e são indispensáveis para a obtenção da receita oriunda dos serviços prestados.

2.4 - DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS

As Despesas Operacionais constituem-se das despesas pagas no intuito de vender produtos e serviços a administrar a empresa; dentro do conceito da Lei 6404/76, abrangem também as despesas líquidas para a empresa financiar suas operações. Os resultados líquidos das atividades acessórias da empresa são também consideradas operacionais.

O artigo 187 da Lei 6404/76 estabelece que, para chegarmos ao lucro operacional serão deduzidas as despesas com vendas, as despesas financeiras deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais.

Assim, as Despesas/Receitas Operacionais são formadas, dentre outras, pelos seguintes itens:

- DE VENDAS

Despesas com Pessoal

Comissões de Vendas

Propaganda e Publicidade

Utilidades e serviços

Provisão para Crédito de liquidação Duvidosa

- ADMINISTRATIVAS

Despesa com Pessoal
 Utilidades e Serviços
 Honorários
 Depreciações e Amortizações
 Impostos e Taxas

- DESPESAS FINANCEIRAS

Juros Pagos
 Descontos Concedidos
 Correção Monetária Prefixada
 Comissões e Despesas Bancárias

- RECEITAS FINANCEIRAS

Juros Obtidos
 Descontos Auferidos
 Correção Monetária Prefixada
 Receitas Sobre outros Investimentos Temporários
 Prêmio de Resgate de Títulos e Debêntures

- OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Prejuízo de Participações Societárias (Equivalência Patrimonial)
 Despesas Diversas

- OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Lucro de participações Societárias (Equivalência Patrimonial)
 Dividendos e Rendimentos de outros investimentos
 Vendas Diversas

2.5 - DESPESAS/RECEITAS NÃO OPERACIONAIS

São receitas e despesas que não se relacionam diretamente com as atividades para as quais a empresa foi constituída. É comum as empresas publicarem apenas como resultado não operacional, que engloba:

- Ganhos e Perdas na Alienação de Investimentos;

- Provisão para Perdas Prováveis na Realização de Investimentos;
- Ganhos e Perdas na Alienação do Imobilizado;
- Baixa dos Ativos Diferidos.

2.6 - RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA DO BALANÇO E PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Sabe-se que a Correção Monetária está extinta, porém pode voltar a vigorar por causa de nossa instabilidade econômica, ela é tratada na Lei 6404/76 no artigo 185, sendo revogada pela Lei 9249, artigo 4º, do dia 26 de Dezembro de 1995, decreta que: "Fica revogada a correção monetária das demonstrações financeiras de que tratam a Lei nº 7.799, de 10 de julho de 1989, e o art. 1º da Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991.

São considerados, os saldos de resultado da correção monetária, pela Legislação Societária como Receitas ou Despesas Operacionais. Constituem os saldos dos credores (ganhos com a inflação) ou devedores (perda com a inflação) decorrentes da atualização dos itens patrimoniais. É classificada de forma a ser considerada na formação do Lucro ou Prejuízo Operacional.

RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA DO BALANÇO PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA

(Calculada com base no Lucro Real)

PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

(Cabe ressaltar a forma de cálculo destas participações e contribuições.)

Observações: A empresa pode divulgar os efeitos inflacionários como segue:

- Efeitos inflacionários;
- Saldo de correção monetária;
- Variações monetárias passivas;
- Variações monetárias ativas;
- Variações cambiais (+ ou -).

O artigo 189 da Lei 6404/76 estabelece que do resultado do exercício serão deduzidas, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda.

O artigo 190 da Lei 6404/76 reza que as participações estatutárias de empregados, administradores e partes beneficiárias serão determinadas, sucessivamente e nessa ordem,

com base nos lucros que remanescerem depois de deduzida a participação anteriormente calculada.

Esse artigo deixou de mencionar as debêntures, mas, pela seqüência do artigo 187, elas seriam incluídas antes da participação dos empregados.

2.7 - LUCRO POR AÇÃO

O artigo 187 da Lei 6404/76, item VII, determina a indicação do montante do lucro ou prejuízo por ação do capital.

O lucro por ação é apurado mediante a divisão do lucro ou prejuízo pelo número de ações em circulação, e possibilita melhor avaliação pelos investidores dos resultados apurados pela companhia em relação às ações que possui.

2.8 - ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Receita Bruta de Vendas e Serviços

(-) Deduções da Receita Bruta

(=) *Recita Líquida de Vendas e Serviços*

(-) Custo das Mercadorias (Produtos ou Serviços) vendidos

(=) *Lucro Bruto*

(-) Despesas Operacionais

Com Vendas

Financeiras

Gerais e Administrativas

(+/-) Outras Receitas / Despesas Operacionais

(+/-) Resultado da Variação Monetária

(=) *Resultado Operacional*

(+/-) Receitas e Despesas Não-Operacionais

(+/-) Resultado da Correção Monetária

(=) *Resultado antes da provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social*

(-) Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

(-) Participações de Debêntures, Empregados, Administradores, Partes Beneficiárias

(=) *Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício*

(=) *Lucro por Ação*

CAPÍTULO 3.
DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS
(DLPA)

É uma demonstração financeira que esclarece qual o destino do lucro ou prejuízo do exercício. Demonstra também, que se houver lucros acumulados, as transferências dos mesmos vão para as reservas, os dividendos distribuídos, e o saldo no fim do período.

Esta demonstração possibilita a evidenciação clara do lucro do período, sua distribuição, e a movimentação ocorrida no saldo da conta: Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Deve-se lembrar que a referida demonstração é, também, obrigatória para as sociedades limitadas e outros tipos de empresas, conforme a legislação do Imposto de Renda.

O artigo 186 da Lei 6404/76, Lei das S.A, estabelece:

“A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados discriminará:

I - o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a Correção Monetária (extinta) do saldo inicial;

II - as reversões de reservas e o Lucro Líquido do Exercício;

III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo final do período.”

“Como ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos de mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos aos fatos subseqüentes.” (parágrafo 1º. do artigo 186 da Lei 6404/76)

No parágrafo reproduzido notamos que os ajustes de exercícios anteriores somente serão considerados os casos com; efeito de mudança de critério contábil e retificação de erro imputável a exercício anterior.

A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados segue a seguinte ordem:

SALDO DE LUCROS ACUMULADOS NO INÍCIO DO PERÍODO

(+/-) AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Efeito da mudança de critério contábil

Retificação de erro de exercícios anteriores

- (-) PARCELA DE LUCROS INCORPORADA AO CAPITAL
- (+) CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE SALDO INICIAL
- (+) REVERSÕES DE RESERVAS
 - de Contingências
 - de Lucros a Realizar
- (+) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
- (=) LUCRO TOTAL DISPONÍVEL
- PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DE DESTINAÇÃO DO LUCRO
- (-) TRASFERÊNCIA PARA RESERVAS
 - reserva legal
 - reserva estatutária
 - reservas para contingências
 - reserva orçamentaria
 - reserva de lucros a realizar
- (-) DIVIDENDOS
- (=) SALDO FINAL DE LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS

CAPÍTULO 4.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(DMPL)

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido tem como finalidade mostrar claramente o porquê das variações entre os saldos das contas do Patrimônio Líquido do fim do exercício anterior e os saldos do fim do exercício atual. Mostra o que faz mudar o valor do Patrimônio Líquido como um todo e o que há de alterações internas, dentro de suas contas, mesmo que sem alteração de seu valor total, isto é, explica as causas da variação dessa diferença entre ativos e passivos exigíveis durante determinado período.

Segundo a Lei 6404/76, artigo 186 no seu parágrafo II: “A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, deverá indicar o montante do dividendo por ação do Capital Social e poderá ser incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, se elaborada e publicada pela companhia.”

Esta demonstração não é obrigatória pela Lei 6404/76, mas a CVM, através da Instrução No. 059-86, tornou esta demonstração e sua publicação de caráter obrigatório para as companhias abertas em substituição à Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Ela fornece a movimentação ocorrida, durante o exercício, nas diversas contas componentes do Patrimônio Líquido, faz clara indicação do fluxo de uma conta para outra e indica a origem e o valor de cada acréscimo ou diminuição no Patrimônio Líquido durante o exercício.

Trata-se, portanto, de informações que complementam os demais dados constantes no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício.

- AS MUTAÇÕES NAS CONTAS PATRIMONIAIS

As contas que formam o Patrimônio Líquido podem sofrer variações por inúmeros motivos tais como:

Itens que afetam o patrimônio total.

1. Acréscimo, pelas correções monetárias das contas do patrimônio.
2. Acréscimo pelo lucro ou redução pelo prejuízo, líquido do exercício.
3. Redução por dividendos.

4. Acréscimo por reavaliação de ativos.
5. Acréscimo por doações e subvenções para investimentos recebido.
6. Acréscimo por subscrição e integralização de capital.
7. Acréscimo pelo recebimento de valor que exceda o valor nominal das ações integralizadas ou preço de emissão de debêntures.
8. Acréscimo pelo valor da alienação de partes beneficiárias bônus de subscrição.
9. Acréscimo por prêmio recebido na emissão de debêntures.
10. Redução por ações próprias adquiridas ou acréscimo por sua venda.
11. Acréscimo ou redução por ajustes de exercícios anteriores.

Itens que não afetam o total do patrimônio.

1. Aumento de capital com utilização de lucros e reservas.
2. Apropriações do lucro líquido do exercício, reduzindo a conta de Lucros Acumulados para formação de reservas, como Reserva Legal, Reserva de Lucros a Realizar, Reserva para Contingência e outras.
3. Reversões de reserva patrimoniais para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.
4. Compensação de Prejuízos com Reservas etc.

O parágrafo II, do artigo 186, da Lei 6404/76 estabelece que a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados "poderá ser incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, se elaborada e divulgada pela companhia." Nesse caso, todas as informações exigidas na Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados devem estar na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Conforme CVM e Normas Brasileiras de Contabilidade, deve discriminar:

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO
- AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
 - Efeito da mudança de critérios contábeis
 - Retificação de erros de exercícios anteriores
- CORREÇÃO MONETÁRIA
- AUMENTO DE CAPITAL

Com lucros e reservas

Por subscrição realizada

- REVERSÕES DE RESERVAS

De Contingência

De Lucros a Realizar

- LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

- PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DE DESTINAÇÃO DO LUCRO:

Transferência para reservas:

reserva legal

reserva estatutária

reservas para contingências

reserva orçamentaria

reserva de lucros a realizar

dividendos a distribuir

- SALDO FINAL DO PERÍODO.

CAPÍTULO 5.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

(DOAR)

A DOAR, tem como objetivo apresentar de forma ordenada e sumariada as informações principais relativas as operações de financiamento. Este por sua vez, é representado pelas origens de recursos, e investimentos, que são representados pelas aplicações de recursos, da empresa durante o exercício. A DOAR evidencia as alterações na posição financeira da empresa.

Esta demonstração também tem por finalidade explicar a variação ocorrida, geralmente de um ano para outro, não Capital Circulante Líquido (CCL) que é um valor monetário que resume a diferença entre a Ativo Circulante (AC) e Passivo Circulante (PC).

Como notamos a DOAR procura evidenciar a origem e aplicação de recursos. As origens são representadas pelo aumento no Capital Circulante Líquido, através:

a) **Das próprias operações**, quando as receitas do exercício são maiores que as despesas:

- lucro gera uma origem de recursos;
- prejuízo gera uma aplicação de recursos.

b) **Dos acionistas**, pelos aumentos de capital integralizado pelos mesmos no exercício.

c) **De terceiros**, por empréstimos a longo prazo, venda de bens do Ativo Permanente, ou de transformação do Realizável a Longo Prazo em Ativo Circulante.

Também procura evidenciar as aplicações de recursos que são representados pelas diminuições do Capital Circulante Líquido, e as mais comuns são:

I- Inversões do Permanentes derivadas de:

- Aquisição de bens do Ativo Imobilizado
- Aquisição de Investimentos
- Aplicação de recursos no Ativo Diferido

II- Pagamento de empréstimos a Longo Prazo

III- Remuneração de acionistas, derivada dos dividendos distribuídos.

A Lei 6404/76 alterada pela Lei 9457 de 05.05.97 tornou obrigatória essa demonstração para todas as companhias, conforme disposto no seu artigo 176, item IV.

Todavia o parágrafo 6º. do mesmo artigo elimina a obrigatoriedade de elaboração e publicação para as companhias fechadas com patrimônio Líquido na data do Balanço não superior a R\$ 1.000.000.

Porém sabemos que a DOAR é de grande importância para uma empresa, pois o proprietário poderá ter o controle das origens e aplicações de recursos, cujo o resultado poderá auxiliar substancialmente a análise econômica e financeira de qualquer entidade.

5.1 - ORIGENS DE RECURSOS DAS OPERAÇÕES

O acréscimo de capital circulante líquido são receitas que originaram recursos. A sua diminuição são, as despesas que causaram seu uso. Se subtrairmos as receitas pelas despesas citadas teremos, os recursos originados das próprias operações.

Na técnica de apuração é demonstrada o resultado do confronto das receitas e despesas do exercício através do Lucro Líquido do exercício, e a partir daí exclui os valores registrados como receitas e despesas que não geram aplicações nem origem de recursos, e devem ser excluídos por não representarem entradas ou desembolsos. As receitas e despesas que não afetam o Capital Circulante Líquido são:

- * Depreciação, amortização e exaustão (aparecerão na DOAR de forma positiva).
- * Variação nos resultados de Exercícios Futuros (caso a variação tenha sido negativa, deverá ser acrescida na DOAR; caso tenha sido positiva deverá ser diminuída)
- \ * Correção Monetária do Balanço (caso seja negativa, deverá ser acrescida; se for positiva, deverá ser diminuída).
- * Resultado da Equivalência Patrimonial para Investimento em coligada ou controlada (se o resultado gerou receita, deverá ser diminuída; se gerar despesa, deverá ser acrescida).
- * Variações monetárias de Dívidas de Longo Prazo (devem ser adicionado ao lucro líquido do exercício).
- * Ajuste de exercícios anteriores.

5.2 - APLICAÇÕES DE RECURSOS

São mais comuns, os aumentos no Ativo Permanente (principalmente no Imobilizado e Investimentos), e diminuições ocorridas no passivo não circulante. As aplicações de recursos podem se proceder através de acréscimos de investimentos.

“As adições do Ativo Imobilizado, aos Investimentos e ao Ativo Diferido devem ser pelos valores dos recursos reais aplicados, ou seja, sem englobar as correções monetárias ou eventuais reavaliações. De fato, tais correções monetárias não representam desembolsos, mas efeitos da inflação. Assim, as correções monetárias dessas contas do Ativo Permanente não podem constar como aplicações, da mesma forma como as correções das contas do Patrimônio Líquido não figuram como origem, sendo eliminadas umas como as outras, e seu saldo eliminado do Lucro Líquido, como já mencionado anteriormente.” (Iudícibus, et alii, 1995)

5.3 - ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS.

Essa demonstração apresentada com os seguintes grandes títulos.

I- ORIGENS DOS RECURSOS

Onde são discriminadas as origens, por natureza, e apurado o valor total dos recursos obtidos no exercício.

II- APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Onde são relacionadas as aplicações, também por natureza, e evidenciado o seu valor total.

III- AUMENTO OU REDUÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

Representa a diferença entre o total das origens e o total das aplicações.

IV- SALDO INICIAL E FINAL DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO E VARIAÇÃO

Onde são evidenciados Ativo e Passivo Circulantes do início e do fim do exercício e respectivo aumento ou redução.

CAPÍTULO 6.

NOTAS EXPLICATIVAS

O artigo 176 no seu parágrafo IV estabelece que “as demonstrações serão complementares por Notas Explicativas e outros quadros analíticos ou Demonstrações Contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício”.

Segundo Iudícibus, 1995, “as Notas Explicativas são informações complementares às Demonstrações Contábeis, representando parte integrante das mesmas. Podem estar expressas tanto na forma descritiva como na forma de quadros analíticos, ou mesmo englobando outras demonstrações contábeis que forem necessária ao melhor e mais completo esclarecimento das demonstrações.”

Elas podem ser usadas pela empresa, também para explicar determinadas contas ou operações específicas, mostrando suas composições e detalhes das mesmas.

Outro aspecto importante para Iudícibus, 1995, é que a citação de um erro contábil, não é justificado numa nota explicativa; serve apenas para esclarecer ao leitor das demonstrações financeiras onde está o mesmo, porém ele persiste, apesar de mencionado em Nota Explicativa.

O parágrafo 5º do artigo 176 da Lei 6404/76 menciona, sem esgotar o assunto, as bases gerais e quais as notas que deverão estar inclusas nas Demonstrações Contábeis, estabelecendo que elas deverão indicar:

- 1 - os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização dos elementos do ativo;
- 2 - os investimentos em outras sociedades, quando relevantes;
- 3 - o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações;
- 4 - os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- 5 - a taxa de juros, as datas de vencimentos e as garantias das obrigações a longo prazo;
- 6 - o número, espécie e classes das ações do capital social;
- 7 - as opções de compra de ações do capital social;
- 8 - os ajustes de exercícios anteriores;

9 - os eventos subsequêntes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da empresa.

Como se pode constatar a Lei das S/A enumera nove casos expressos que deverão ser mencionados em Notas Explicativas. Contudo, a menção dessas nove possibilidades de notas, representa somente o elenco básico a ser seguido pelas empresas, sendo que, pode haver situações em que sejam necessárias outra Notas Explicativas adicionais, além das previstas pela Lei 6404/76.

CAPÍTULO 7.

BALANÇO SOCIAL - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(DVA)

Balanço Social é um conjunto de informações que procura mostrar como e, de que forma, a empresa está trabalhando sua relação com a sociedade em que está inserida, ou seja, é a relação empresa e sociedade.

Está cada vez mais difundido, a idéia de que o mundo precisa ser visto de forma especial pelas empresas, ou seja, a empresa não deve se amarrar apenas ao fato de demonstrar geração de lucros, mas também deve criar programas de incentivo e motivação de seus funcionários, de seus fornecedores, e de seus clientes.

Com isso, os acionistas que aplicarem seus capitais na empresa, perceberão que seus investimentos passam pelos funcionários da mesma e, chegam ao governo e sociedade que a empresa está instalada, tornando-a muito mais valorizada e vista de uma forma solidária por todos que estão ligados direta ou indiretamente à entidade.

O Balanço Social também é uma forte ferramenta de *marketing*, principalmente nesse mundo globalizado onde as pessoas tem interesse em informações de todos os meios. Porém os empresários não devem olhá-lo nesse sentido, e sim como uma forma responsável e consciente da empresa para com a sociedade.

A obrigatoriedade do Balanço Social está sendo tratado no Projeto Lei 3.116/97, criado pelas deputadas Marta Suplicy (PT-SP), Maria da Conceição Tavares (PT-RJ) e Sandra Starling (PT-MG), que decreta no seu 1º artigo o seguinte:

“Ficam obrigadas a elaborar, anualmente, o Balanço Social:

I - as empresas privadas que tiverem cem empregados ou mais no ano anterior à sua elaboração;

II - as empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas pressionarias e, concessionárias de serviços públicos em todos os níveis da administração pública, independentemente do número de empregados.”

No mesmo projeto de lei relata que, o Balanço Social deve conter informações sobre a empresa, os empregados, valor dos encargos sociais pagos, valor dos tributos pagos, alimentação dos trabalhadores, educação, saúde dos empregados, segurança no trabalho, benefícios como seguros, previdência privada, investimentos na comunidade e em meio ambiente.

7.1 - A RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS)

Como ainda não foi implantado o Balanço Social no Brasil, temos a RAIS que é uma espécie de Balanço Social brasileiro. Nela contém informações sobre as empresas e os seus empregados. Qualquer empresa que tiver empregados, seja com vínculo empregatício ou avulso, deve, obrigatoriamente (conforme decreto-lei 76900/75), prepará-la e destiná-la ao Ministério do Trabalho.

A RAIS no Brasil serve também para que nossos órgãos governamentais tenham informações sociais sobre o trabalhador nas empresas e instituições, já que nela contém informações como:

- nome dos empregados; valores e tipos de salários contratuais; remuneração mensal; horas semanais de trabalho; tipo de vínculo empregatício; grau de instrução dos empregados; contratações e desligamentos; tipos de opção para o FGTS; códigos no PIS; e etc.

A RAIS possui uma problemática nos seus indicadores sociais: eles são limitados e não disponíveis para os empregados das entidades ou suas associações de classe. E como o mundo sofre uma transformação tanto com os avanços tecnológicos como na globalização da economia mundial, os Balanços Sociais terão que sofrer modificações e entrar num processo de unificação e criação de Balanços Sociais das entidades de economia informal, que está em crescimento com o aumento do desemprego estrutural.

7.2 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado é um importante componente do Balanço Social e, tem como objetivos a apresentação da distribuição da riqueza gerada pela entidade e sua forma de distribuição aos beneficiários.

Essa Demonstração tem uma importância na análise financeira da empresa, pois torna evidente sua riqueza e renda.

Porém não podemos confundir-la com a DRE, por que essa está voltada para a apuração e divulgação do Lucro Líquido, que pertence apenas aos proprietários da empresa, enquanto que a DVA identifica a riqueza que foi gerada pela empresa, bem como as riquezas que foram recebidas por transferências, e em seguida, demonstra como foi

distribuída essas riquezas aos sócios, aos demais financiadores da empresa, aos empregados e a parte que fica com o governo.

A DVA também pode auxiliar no cálculo do produto interno bruto (PIB) brasileiro, pois como sabemos essa é uma medida de riqueza estimada, e por meio do valor adicionado teríamos quanto cada ramo de atividade, ou setor, contribui para a geração de riqueza do país.

No nosso país, poucos são os profissionais que conhecem essa demonstração, pois além dela ser recente e não está bem definida, ainda não é obrigatória, fazendo com que não haja um interesse por nossos contadores em dominar tal Demonstração.

7.3 - ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

1 - RECEITA

1.1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços (inclui valores do ICMS e IPI, ou seja, corresponde a receita bruta ou faturamento bruto)

1.2 - Provisão para devedores duvidosos (inclui os valores relativos à constituição ou baixa dessa provisão)

1.3 - Não operacionais (inclui valores considerados fora das atividades principais da empresa)

2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS

2.1 - Matérias-primas consumidas (incluídas no CPV)

2.2 - Custos das mercadorias e serviços vendidos (não inclui gastos com pessoal próprio)

2.3 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (inclui valores relativos às aquisições e pagamentos a terceiros)

Obs.: Nos valores 2.1, 2.2 e 2.3 deverão ser considerados os impostos incluídos no momento das compras, recuperáveis ou não.

2.4 - Perda/Recuperação de valores ativos (se no período o valor líquido for positivo deverá ser somado)

3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 – 2)

4 - RETENÇÕES

4.1 - Depreciação, amortização e exaustão (incluirá a despesa ocorrida no período)

5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 – 4)

6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA

6.1 - Resultado de equivalência patrimonial (se receita soma, quando despesa diminui)

6.2 - Receitas financeiras

7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)

8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

8.1 - Pessoal e encargos (não incluir encargos com o INSS)

8.2 - Impostos, taxas e contribuições (incluir INSS; ICMS e IPI, valores devidos ou já recolhidos aos cofres públicos; imposto de renda; contribuição social e etc.

8.3 - Juros e aluguéis (devem ser consideradas as despesas financeiras e as despesas de juros relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos, junto às instituições financeiras, empresas do grupo ou outras e os aluguéis, incluindo despesas com leasing, pagos ou creditados a terceiros)

8.4 - Juros sobre o capital próprio e dividendos (inclui valores pagos ou creditados aos acionistas)

8.5 - Lucros retidos/prejuízo do exercício (devem ser incluídos os lucros do período destinados às reservas de lucros e eventuais parcelas ainda sem destinação específica).



CONCLUSÃO

Conclui-se que a contabilidade estuda os fenômenos que afetam a situação patrimonial, financeira e econômica das empresas, tornando o campo de atuação muito amplo.

Por isso, a contabilidade deve evoluir cada vez mais no contexto das empresas, melhorando sua qualidade e quantidade de informações dadas e recebidas para atender aos usuários, sejam sócios, administradores, bancos, governo, clientes, ou fornecedores.

Essas informações são fornecidas pelas Demonstrações Contábeis, que mostram com detalhes a situação patrimonial, econômica e financeira da entidade, e possuem uma ligação entre elas, e cada uma tem uma função específica sobre o aspecto da contabilidade. Então vejamos:

- Balanço Patrimonial fornece a situação patrimonial da empresa no final do exercício, e identifica as mutações que ocorreram nas contas no período;

- A DRE tem o objetivo de fornecer os dados essenciais da formação do lucro ou prejuízo do exercício. Ela complementa as informações do Balanço;

- A DMPL fornece a movimentação das contas do patrimônio Líquido durante o exercício. Apresenta para onde é destinado os lucros ou prejuízos acumulados na entidade, por isso, ela completa o Balanço e a DRE;

- A DOAR fornece informações sobre origens e aplicações, ou seja, financiamentos e investimentos, respectivamente, do exercício, e também a movimentação do Capital Circulante Líquido. O Balanço, a DRE e a DMPL, são que fornece essas origens ou aplicações de recursos;

- O Balanço Social demonstra qual o grau de envolvimento da empresa em relação à sociedade que a acolhe;

- A DVA demonstra a apresentação do valor da riqueza gerada pela entidade e a forma de distribuí-la.

Com todo esse estudo percebe-se que a contabilidade está em evolução constante, pois além de mostrar a situação real dos lucros da empresa aos investidores, está procurando mostrar o interesse e a preocupação que a empresa tem com o lado social.

BIBLIOGRAFIA

USFEAC

IUDÍCIBUS, Sérgio de e MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial**. 3ª Edição, São Paulo; Editora Atlas, 1991.

EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. **Contabilidade Introdutória**. 8ª Edição, São Paulo; Editora Atlas, 1994.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et alii. **Manual de Contabilidade - FIPECAFI**. 4ª Edição, São Paulo; Editora Atlas, 1995.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 3ª Edição, 1995.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 18ª Edição, 1986.

LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES. 21ª Edição, São Paulo, Editora Atlas, 1989.

BRASIL. **LEI 9249**, de 26 de Dezembro de 1995. Dispõe sobre a revogação da Correção Monetária das Demonstrações Contábeis.

FREIRE, Fátima de souza. **Balanco Social**. Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará, 1999.

Temática Contábil, Valor adicionado. IOB, boletim 8/98

Temática Contábil, Contabilidade social. IOB, boletim 10/99; 11/99; 12/99.

ANEXOS

ANEXO A - Demonstrações Contábeis do Banco Real Investimentos S. A .

ANEXO B - Demonstrações Contábeis da AVIPAL S. A .

ANEXO C - Demonstrações Contábeis de Jereissati Centros Comerciais S. A .

ANEXO D - Balanço Social da CESP.

BANCO REAL DE INVESTIMENTO S.A.SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP - C.N.P.J. 60.770.336/0001-65 - CARTA PATENTE Nº 1.461/1.966
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Senhores Acionistas**

Submetemos à sua apreciação as demonstrações contábeis do **BANCO REAL DE INVESTIMENTO S.A.**, correspondentes às atividades desenvolvidas durante o exercício de 1.998, acrescidas das notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.

CENÁRIO ECONÔMICO

A turbulência com que se iniciou o ano de 1.998, ocasionada pela crise no Sudeste Asiático, repercutiu e agravou-se pelos diferentes mercados durante o ano, atingindo de forma fulminante a Rússia. Com o anúncio da moratória da Rússia, iniciou-se mais uma fase da crise global, aumentando a percepção de risco dos investidores em relação aos chamados países emergentes.

A frágil situação fiscal e de transações correntes do Brasil faz com que o ano de 1.999 se inicie sob um cenário de incertezas, que compromete os sucessos sem dívidas atingidos no controle da inflação e no programa de privatizações.

Será imperioso melhorar a confiança interna e externa para o Brasil conseguir reequilibrar suas contas públicas, fazendo as reformas reconhecidamente necessárias, equacionando melhor a política cambial e reduzindo as taxas de juros que impedem o crescimento da economia.

Ao final do ano foi positivo o apoio recebido da comunidade internacional que pode colocar US\$ 41 bilhões de empréstimos ao Brasil, parcialmente condicionados à nossa performance.

FATO RELEVANTE

Conforme amplamente divulgado ao mercado, a reorganização societária realizada no Banco Real de Investimento S.A. resultou na cisão parcial de R\$ 340,6 milhões de seu patrimônio líquido que foi vertida para a Real Holdings Participações S.A., sociedade constituída com o propósito específico de receber a referida parcela objeto da operação. Os ativos transferidos compreenderam a totalidade das participações societárias de 99,54% no capital do BRI - PAR Dois Participações S/C Ltda. (o qual detém 100% do capital total da Companhia Real de Crédito Imobiliário), de 25,06% no Banco Real de Colômbia e de 8,98% na Companhia Real de Valores - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acrescidos de R\$ 0,2 milhão em recursos disponíveis. Os acionistas do Banco Real de Investimento S.A. tornaram-se acionistas da Real Holdings Participações S.A., mantendo-se rigorosamente suas participações proporcionais, tanto em relação à quantidade quanto à espécie das ações possuídas.

Em Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas nos dias 03 e 04 de novembro de 1.998 foram aprovadas a substituição do Banco Real de Investimento S.A. pelo Banco Real S.A. nas funções de Administrador dos Fundos de Investimento de Renda Fixa, cujos participantes, na sua totalidade, eram correntistas do Banco Real S.A., e a conseqüente alteração do regulamento desses Fundos de Investimento em razão da substituição do Administrador. O Patrimônio Líquido desses Fundos de Investimento de Renda Fixa, naquelas datas, correspondia a aproximadamente R\$ 3.500 milhões.

ESTRATÉGIA OPERACIONAL

O Banco Real de Investimento S.A. está iniciando sua nova fase com uma rede de cinco agências, em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Campinas. Para oferecer mais e melhores produtos de atacado, o Banco pretende criar plataformas de negócios nas referidas agências. Isto significa a busca por ganhos de eficiência na análise, concessão, acompanhamento e cobrança em operações de crédito e menores taxas de inadimplência, ampliação da disponibilidade de operações típicas de um banco de investimento nas áreas de underwriting, administração de fundos, private bank e corporate finance e versatilidade para assessorar os clientes na estruturação de negócios.

A seguir apresentamos o desempenho obtido pelo Banco Real de Investimento S.A. no decorrer deste exercício.

DESEMPENHO DAS ATIVIDADES**Resultado do Exercício**

O lucro líquido do Banco, no exercício, atingiu R\$ 79,6 milhões, correspondendo à rentabilidade de 13,2% (1.997 - 13,0%) sobre o patrimônio líquido médio ponderado do exercício. A cada lote de mil ações do capital social do Banco correspondeu o lucro líquido de R\$ 822,58. A remuneração dos acionistas no exercício a título de distribuição por conta do dividendo obrigatório anual na forma de juros sobre capital próprio (conforme nota explicativa nº 07, letra "b") alcançou R\$ 22,1 milhões. Foram pagos juros sobre capital próprio com base no balanço intermediário de 30 de junho de 1.998 correspondentes aos valores brutos de R\$ 85,89 e R\$ 94,94 por lote

de mil ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, e para o segundo semestre de 1.998 está sendo proposto o pagamento de juros sobre capital próprio correspondentes aos valores brutos de R\$ 132,38 e R\$ 145,62 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, respectivamente.

Adicionalmente, no decorrer deste exercício, complementamos o pagamento de juros sobre capital próprio relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 1.997 no montante de R\$ 3,5 milhões, correspondentes a R\$ 36,61 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido atingiu o valor de R\$ 406,3 milhões ao final do exercício, líquido da parcela cindida e vertida à Real Holdings Participações S.A. no valor de R\$ 340,6 milhões, conforme divulgado em "Fato Relevante". O valor patrimonial por lote de mil ações foi de R\$ 4.191,35. A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de março de 1.998, homologada pelo Banco Central do Brasil em 11 de maio de 1.998, aprovou o aumento do capital social do Banco para R\$ 179,4 milhões, mediante incorporação de reservas de lucros, e decidiu pelo cancelamento de 338.329 e 1.097.827 ações ordinárias e preferenciais, respectivamente. Conforme autorização do Conselho de Administração, o Banco adquiriu no exercício, em Bolsa de Valores e a preços de mercado, 131.964 ações ordinárias e 617.204 ações preferenciais para permanência em tesouraria e posterior cancelamento, sem redução do capital social. O índice de solvabilidade, instituído pelo Comitê da Basileia e normalizado pelo Banco Central do Brasil que mostra a relação entre o patrimônio líquido e seus ativos ponderados pelo grau de risco, atingiu 31,9% ao final do exercício, demonstrando a boa capacidade de solvência das Instituições Financeiras do Conglomerado Financeiro Banco Real de Investimento quando comparado com o mínimo de 11% exigido pelo Banco Central do Brasil e o mínimo de 8% recomendado pelo Comitê da Basileia.

Recursos Captados e Administrados

O volume de recursos captados e administrados pelo Banco atingiu R\$ 3.034,8 milhões na data do balanço, com involução de 59,9% em relação a dezembro de 1.997, sendo R\$ 350,1 milhões em depósitos interfinanceiros, R\$ 665,9 milhões em depósitos a prazo, R\$ 151,3 milhões em operações compromissadas e R\$ 1.425,7 milhões em fundos de investimento e carteiras administradas. Dos demais recursos, R\$ 441,8 milhões abrangiam obrigações por títulos e valores mobiliários emitidos no exterior e repasses do país.

Foram captados durante o exercício recursos equivalentes a R\$ 24,0 milhões através da colocação de "Commercial Papers", perfazendo uma carteira total de R\$ 233,8 milhões. Estes papéis possuem vencimentos até o ano 2.006, oferecendo remuneração aos investidores às taxas pré-fixadas de até 10% a.a. e pós-fixadas de até 1,25% a.a. acima da libor.

Ativos e Empréstimos

O ativo total alcançou R\$ 2.085,3 milhões ao final do exercício, com redução de 35,4% em relação a dezembro de 1.997. Desse montante, R\$ 960,2 milhões eram representados por aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários.

As operações de crédito atingiram o valor de R\$ 692,5 milhões, com involução de 15,1% em relação a dezembro de 1.997. O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu o montante de R\$ 19,9 milhões para um saldo de créditos em atraso e em liquidação no valor total de R\$ 5,5 milhões, representando 2,9% do total da carteira de crédito, o qual julgamos suficiente para cobrir eventuais perdas.

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas (conforme descrito na nota explicativa nº 11) sofreram alterações significativas no decorrer do exercício, face a parcela dos ativos vertida à Real Holdings Participações S.A. no valor de R\$ 340,4 milhões, conforme divulgado em "Fato Relevante".

Ambiente Tecnológico

Foram inteiramente implantados, testados e concluídos os trabalhos de adequação dos nossos sistemas eletrônicos com vistas ao correto processamento das datas posteriores ao ano de 1.999, incluindo o Banco, os fundos e carteiras administradas, os processadores centrais e os microcomputadores e periféricos.

Agradecimentos

É indispensável traduzir o reconhecimento do Banco Real de Investimento S.A. ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança e prestígio de seus clientes.

São Paulo, 28 de janeiro de 1.999

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BANCO REAL DE INVESTIMENTO S.A.SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP - C.N.P.J. 60.770.336/0001-65 - CARTA PATENTE Nº 1.461/1.966
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

	ATIVO				PASSIVO			
	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO		INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	1.998	1.997	1.998	1.997	1.998	1.997	1.998	1.997
CIRCULANTE	1.297.557	2.268.283	1.865.931	6.378.456	1.305.848	2.249.730	1.806.180	6.134.342
DISPONIBILIDADES	119	58	5.906	286	1.014.294	2.148.872	1.200.633	5.789.452
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	600.746	1.432.467	700.237	2.835.504	-	-	-	1.101
Aplicações no Mercado Aberto	194.826	9.800	264.305	50.320	-	-	-	3.846.367
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	405.920	1.422.667	435.932	2.779.184	350.101	965.877	569.474	760.290
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	354.839	5.249	399.853	1.460.787	664.193	1.181.694	631.159	1.181.694
Carteira Própria	210.144	5.568	257.918	1.463.282	-	-	-	-
Vinculados ao Banco Central	145.362	-	145.362	-	151.278	-	151.278	-
(Provisão para Desvalorizações)	(667)	(319)	(3.427)	(2.495)	-	-	-	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	-	241.201	-	815.560	-	-	-	-
Créditos Vinculados:	-	-	-	570.516	-	-	-	-
Depósitos no Banco Central	-	-	-	235.226	23.375	28.252	23.375	28.252
Banco Central - Outros Depósitos	-	235.226	-	3.843	-	-	-	-
Sistema Financeiro da Habitação	-	-	-	5.975	-	-	-	-
Repasse Interfinanceiros	-	-	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	312.079	575.993	304.367	735.015	-	-	-	-
Operações de Crédito:	-	-	-	-	-	-	-	-
Setor Público	23.176	7.717	23.176	7.717	-	-	-	-
Setor Privado	303.252	573.256	295.540	733.491	-	-	-	-
Operações de Crédito em Atraso:	-	-	-	-	-	-	-	-
Setor Público	1.845	-	1.845	-	-	-	-	-
Setor Privado	1.937	2.428	1.937	14.101	-	-	-	-
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(17.931)	(7.408)	(17.931)	(20.294)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	-	-	408.534	485.117	-	-	-	-
Operações de Arrendamento e Subarrendamentos a Receber:	-	-	-	-	-	-	-	-
Setor Público	-	-	3.172	3.827	-	-	-	-
Setor Privado	-	-	677.436	785.866	-	-	-	-
Operações de Arrendamento e Subarrendamentos em Atraso:	-	-	-	-	-	-	-	-
Setor Privado	-	-	15.320	14.525	-	-	-	-
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	-	-	(272.169)	(300.674)	-	-	-	-
(Provisão p/ Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	-	-	(15.225)	(18.427)	-	-	-	-
OUTROS CRÉDITOS	7.980	12.990	19.227	31.187	-	-	-	-
Rendas a Receber	1.657	7.706	1.827	5.564	-	-	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	523	-	2.458	-	-	-	-	-
Diversos	5.800	5.204	14.942	25.623	-	-	-	-
OUTROS VALORES E BENS	21.794	327	27.807	15.000	-	-	-	-
Outros Valores e Bens	21.788	316	26.478	13.422	-	-	-	-
(Provisões para Desvalorizações)	-	-	(1.177)	(869)	-	-	-	-
Despesas Antecipadas	26	11	2.506	2.447	-	-	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	393.347	276.762	463.154	799.693	-	-	-	-
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	-	25.444	-	79.068	-	-	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	25.444	-	79.068	-	-	-	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4.669	5.114	4.669	6.349	-	-	-	-
Carteira Própria	4.669	5.114	4.669	6.349	-	-	-	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	-	-	-	34.956	-	-	-	-
Créditos Vinculados:	-	-	-	-	-	-	-	-
Sistema Financeiro da Habitação	-	-	-	34.956	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	360.588	232.079	360.588	571.723	-	-	-	-
Operações de Crédito:	-	-	-	-	-	-	-	-
Setor Público	-	8.338	-	8.338	-	-	-	-
Setor Privado	360.588	223.741	360.588	563.385	-	-	-	-
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa:	-	-	-	-	-	-	-	-
Setor Privado	1.933	751	1.933	12.403	-	-	-	-
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.933)	(751)	(1.933)	(12.403)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	-	-	-	66	-	-	-	-
Operações de Arrendamento e Subarrendamentos a Receber:	-	-	-	-	-	-	-	-
Setor Público	-	-	883	1.963	-	-	-	-
Setor Privado	-	-	128.220	219.257	-	-	-	-
Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa:	-	-	-	-	-	-	-	-
Setor Privado	-	-	627	2.035	-	-	-	-
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	-	-	(129.103)	(221.221)	-	-	-	-
(Provisão p/ Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	-	-	(627)	(1.968)	-	-	-	-
OUTROS CRÉDITOS	28.090	14.120	96.320	104.664	-	-	-	-
Diversos	28.090	14.120	96.320	104.664	-	-	-	-
OUTROS VALORES E BENS	-	5	1.577	2.867	-	-	-	-
Despesas Antecipadas	-	5	1.577	2.867	-	-	-	-
PERMANENTE	394.472	683.260	431.332	443.384	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	381.236	656.104	224.586	224.587	-	-	-	-
Participações em Coligadas e Controladas:	-	-	-	-	-	-	-	-
No País	378.139	642.064	205.563	204.221	-	-	-	-
No Exterior	405	8.155	-	8.305	-	-	-	-
Outros Investimentos	6.049	5.885	22.360	11.981	-	-	-	-
(Provisão para Perdas)	(3.357)	-	(3.357)	-	-	-	-	-
IMOBILIZADO DE USO	11.576	3.985	182.368	176.800	-	-	-	-
Imóveis de Uso	8.300	7.180	103.781	104.114	-	-	-	-
Outras Imobilizações de Uso	7.750	2.658	152.215	143.048	-	-	-	-
(Depreciações Acumuladas)	(4.474)	(5.853)	(73.608)	(70.362)	-	-	-	-
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	-	22.201	-	22.201	-	-	-	-
Bens Arrendados	-	38.852	-	38.852	-	-	-	-
(Depreciações Acumuladas)	-	(16.651)	-	(16.651)	-	-	-	-
DIFERIDO	1.660	970	24.378	19.796	-	-	-	-
Gastos de Organização e Expansão	2.458	1.531	70.452	59.803	-	-	-	-
(Amortização Acumulada)	(798)	(561)	(46.074)	(40.007)	-	-	-	-
TOTAL GERAL DO ATIVO	2.085.378	3.228.305	2.760.417	7.621.533	2.085.378	3.228.305	2.760.417	7.621.533
CIRCULANTE	1.297.557	2.268.283	1.865.931	6.378.456	1.305.848	2.249.730	1.806.180	6.134.342
DISPONIBILIDADES	119	58	5.906	286	1.014.294	2.148.872	1.200.633	5.789.452
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	600.746	1.432.467	700.237	2.835.504	-	-	-	1.101
Aplicações no Mercado Aberto	194.826	9.800	264.305	50.320	-	-	-	3.846.367
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	405.920	1.422.667	435.932	2.779.184	350.101	965.877	569.474	760.290
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	354.839	5.249	399.853	1.460.787	664.193	1.181.694	631.159	1.181.694
Carteira Própria	210.144	5.568	257.918	1.463.282	-	-	-	-
Vinculados ao Banco Central	145.362	-	145.362	-	151.278	-	151.278	-
(Provisão para Desvalorizações)	(667)	(319)	(3.427)	(2.495)	-	-	-	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	-	241.201	-	815.560	-	-	-	-
Créditos Vinculados:	-	-	-	570.516	-	-	-	-
Depósitos no Banco Central	-	-	-	235.226	23.375	28.252	23.375	28.252
Banco Central - Outros Depósitos	-	235.226	-	3.843	-	-	-	-
Sistema Financeiro da Habitação	-	-	-	5.975	-	-	-	-
Repasse Interfinanceiros	-	-	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	312.079	575.993	304.367	735.015	-	-	-	-
Operações de Crédito:	-	-	-	-	-	-	-	-
Setor Público	23.176	7.717	23.176	7.717	-	-	-	-
Setor Privado	303.252	573.256	295.540	733.491	-	-	-	-
Operações de Crédito em Atraso:	-	-	-	-	-	-	-	-
Setor Público	1.845	-	1.845	-	-	-	-	-
Setor Privado	1.937	2.428	1.937	14.101	-	-	-	-
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(17.931)	(7.408)	(17.931)	(20.294)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	-	-	408.534	485.117	-	-	-	-
Operações de Arrendamento e Subarrendamentos a Receber:	-	-	-	-	-	-	-	-
Setor Público	-	-	3.172	3.827	-	-	-	-
Setor Privado	-	-	677.436	785.866	-	-	-	-
Operações de Arrendamento e Subarrendamentos em Atraso:	-	-	-	-	-	-	-	-
Setor Privado	-	-	15.320	14.525	-	-	-	-
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	-	-	(272.169)	(300.674)	-	-	-	-
(Provisão p/ Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	-	-	(15.225)	(18.427)	-	-	-	-
OUTROS CRÉDITOS	7.980	12.990	19.227	31.187	-	-	-	-
Rendas a Receber	1.657	7.706	1.827	5.564	-	-	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	523	-	2.458	-	-	-	-	-
Diversos	5.800	5.204	14.942	25.623	-	-	-	-
OUTROS VALORES E BENS	21.794	327	27.807	15.000	-	-	-	-
Outros Valores e Bens	21.788	316	26.478	13.422	-	-	-	-
(Provisões para Desvalorizações)	-	-	(1.177)	(869)	-	-	-	-
Despesas Antecipadas	26	11	2.506	2.447	-	-	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	393.347	276.762	463.154	799.693	-	-	-	-
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	-	25.444	-	79.068	-	-	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	25.444	-	79.068	-	-	-	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4.669	5.114	4.669	6.349	-	-	-	-
Carteira Própria	4.669	5.114	4.669	6.349	-	-	-	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	-	-	-	34.956	-	-	-	-
Créditos Vinculados:	-	-	-	-	-	-	-	-
Sistema Financeiro da Habitação	-	-	-	34.956	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	360.588	232.079	360.588	571.723	-	-	-	-
Operações de Crédito:	-	-	-	-	-	-	-	-
Setor Público	-	8.338	-	8.338	-	-	-	-
Setor Privado	360.588	223.741	360.588	563.385	-	-	-	-
Oper								

BANCO REAL DE INVESTIMENTO S.A.

SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP - C.N.P.J. 60.770.336/0001-65 - CARTA PATENTE Nº 1.461/1.966
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EM R\$ MIL

CONTAS	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO		
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício	
	1.998	1.998	1.997	1.998	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO					
FINANCEIRA	282.008	588.853	516.564	747.239	1.278.074
Operações de Crédito	105.962	222.888	178.766	223.433	290.801
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	-	115.196	78.068
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	139.294	314.564	288.250	357.209	781.257
Resultado de Aplicações Compulsórias	16.752	51.401	49.548	51.401	127.948
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO					
FINANCEIRA	242.309	566.583	481.523	669.257	952.728
Operações de Captação no Mercado	229.206	529.951	471.066	604.788	934.485
Operações de Empréstimos, Cessão e Repasses	13.379	22.669	10.819	52.797	34.683
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	9.528
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(278)	13.963	(362)	11.672	(25.966)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO	19.699	22.270	35.041	77.982	325.346
FINANCEIRA					
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS					
OPERACIONAIS	10.728	55.956	57.549	31.824	(220.745)
Receitas de Prestação de Serviços	23.365	57.206	61.632	99.119	80.253
Despesas de Pessoal	(11.559)	(20.415)	(15.350)	(36.577)	(31.224)
Outras Despesas Administrativas	(28.220)	(55.868)	(60.088)	(103.029)	(291.570)
Despesas Tributárias	(2.955)	(4.883)	(3.963)	(9.129)	(19.199)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	9.288	60.965	77.940	50.258	24.586
Outras Receitas Operacionais	27.205	33.202	12.709	78.994	67.980
Outras Despesas Operacionais	(6.396)	(14.271)	(15.331)	(48.012)	(71.571)
RESULTADO OPERACIONAL	30.427	78.226	92.590	109.606	104.601
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(1.775)	(2.737)	1.455	(2.034)	10.102
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	28.652	75.489	94.045	107.572	114.703
IMP. DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.170	8.170	-	(18.749)	(21.847)
PARTICIP. MINORIT. NAS CONTROLADAS	-	-	-	(4.936)	1.353
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(1.751)	(3.999)	(3.801)	(4.227)	(3.965)
Empregados	(46)	(411)	(608)	(639)	(772)
Administradores - Estatutárias	(1.705)	(3.588)	(3.193)	(3.588)	(3.193)
LUCRO LÍQUIDO	35.071	79.660	90.244	79.660	90.244
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	362,15	822,58	924,71	-	-

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS - EM R\$ MIL

CONTAS	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO		
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício	
	1.998	1.998	1.997	1.998	
A - ORIGEM DOS RECURSOS	2.530.480	1.937.448	476.178	5.359.431	1.826.476
LUCRO LÍQUIDO	35.071	79.660	90.244	79.660	90.244
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO	(7.215)	(56.106)	(75.749)	(29.079)	(8.768)
- Depreciações e Amortizações	1.189	2.193	2.445	18.688	17.107
- Resultado de Equivalência Patrimonial	(9.288)	(60.965)	(77.940)	(50.258)	(24.586)
- Provisão para Perdas em Investimentos	1.891	3.357	-	3.357	-
- Ganho/Perda de Participação	(1.127)	(911)	(494)	(1.106)	(1.529)
- Amortização de Ágios	120	240	240	240	240
VARIACÃO NOS RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	149	68	(120)	68	(120)
CISÃO PARCIAL	340.444	340.444	-	-	-
PARTICIPAÇÕES DE MINORITÁRIOS NAS CONTROLADAS	-	-	-	29.595	28.154
RESERVA DECORRENTE DE INC. FISCAIS	278	278	815	278	815
RECURSOS DE TERCEIROS	2.161.753	1.573.104	460.988	5.278.909	1.718.151
ORIGINÁRIOS DE:	2.161.753	1.573.104	460.988	5.278.909	1.718.151
- Aumento dos Subgrupos do Passivo	222.469	307.420	415.350	316.676	1.685.005
- Depósitos	-	-	341.814	-	1.596.315
- Operações Compromissadas	151.278	151.278	-	151.278	-
- Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	20.018	59.802	-	75.129
- Obrigações por Empréstimos e Repasses	46.748	108.564	13.734	165.398	13.611
- Outras Obrigações	24.443	27.560	-	-	-
- Diminuição dos Subgrupos do Ativo	1.933.840	1.233.771	35.394	4.867.431	-
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.288.373	857.165	-	2.214.335	-
- Títulos e Valores Mobiliários	-	-	35.389	1.062.614	-
- Relações Interfinanceiras	348.423	241.201	-	650.516	-
- Operações de Crédito	297.031	135.405	-	641.783	-
- Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	-	75.649	-
- Outros Créditos	-	-	-	20.303	-
- Outros Valores e Bens	13	-	5	1.231	-
- Alienação de Bens e Investimentos	4.556	26.380	572	72.421	24.021
- Participações Societárias	3.835	3.835	-	14.376	-
- Bens Não de Uso Próprio	150	192	463	15.635	20.808
- Imobilizado de Uso	501	533	107	20.020	3.164
- Imobilizado de Arrendamento	-	21.607	-	21.607	-
- Investimentos	70	213	2	783	51
- Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas	888	5.533	9.672	22.381	7.045
B - APLICAÇÃO DOS RECURSOS	2.530.373	1.937.385	476.127	5.353.811	1.826.393
DIVIDENDOS E BONIFICAÇÕES PROPOSTOS	16.444	25.661	22.746	25.661	24.433
CISÃO PARCIAL	340.650	340.650	-	340.650	-
AQUISIÇÃO DE AÇÕES DE PRÓPRIA EMISSÃO	819	2.959	4.491	2.959	4.491
INVERSÕES EM:	21.262	46.590	6.603	58.816	73.443
- Participações Societárias	14.604	15.819	415	15.819	415
- Bens Não de Uso Próprio	37	21.644	239	28.383	22.373
- Imobilizado de Uso	6.337	8.843	743	13.108	30.669
- Investimentos	284	284	5.206	1.506	19.956
APLICAÇÕES NO DIFERIDO	1.292	1.573	299	8.850	5.496
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO	330.820	358.115	424.732	-	1.620.397
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	295.891	-	1.057.689
- Títulos e Valores Mobiliários	325.389	349.145	-	-	52.915
- Relações Interfinanceiras	-	-	59.399	-	237.211
- Operações de Crédito	-	-	87.905	-	130.082
- Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	106.966
- Outros Créditos	5.431	8.960	11.537	-	32.118
- Outros Valores e Bens	-	10	-	-	3.336
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO	1.819.086	1.161.837	17.256	4.918.875	98.133
- Depósitos	1.818.069	1.161.837	-	4.795.812	-
- Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.017	-	-	10.208	-
- Relações Interfinanceiras	-	-	17.119	-	17.119
- Outras Obrigações	-	-	137	112.855	81.014
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES (A-B)	107	63	51	5.620	83
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA					
DISPONIBILIDADES:					
Início do Período	12	56	5	286	203
Fim do Período	119	119	56	5.906	286
Aumento	107	63	51	5.620	83

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM R\$ MIL

EVENTOS	Capital	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros			Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total
				Legal	Estatutárias	Lucros a Realizar			
SALDOS EM 31/12/1.996	133.810	52.248	1.963	26.722	147.908	276.793	(7.690)	-	630.554
AUMENTO DE CAPITAL - AGE DE 31/03/1.997	20.520	-	-	-	(20.520)	-	-	-	-
OUTROS EVENTOS:									
Cancelamento Ações Próprias	-	-	-	-	(8.009)	-	8.009	-	-
Reserva Decorrente de Incentivos Fiscais	-	815	-	-	-	-	-	-	815
Realização de Reservas	-	-	(83)	-	-	(42.503)	-	42.586	-
Aquisição de Ações Próprias	-	-	-	-	-	-	(4.491)	-	(4.491)
Constituição de Reservas	-	-	119	-	-	-	-	-	119
Atualização de Títulos Patrimoniais	-	373	-	-	-	-	-	-	373
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	-	90.244	90.244
DESTINAÇÕES:									
Reservas	-	-	-	4.104	54.500	51.390	-	(110.084)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(22.746)	(22.746)
SALDOS EM 31/12/1.997	154.130	53.436	1.999	30.826	173.969	284.680	(4.172)	-	694.868
MUTAÇÕES DO PERÍODO	20.520	1.188	36	4.104	26.061	8.887	3.518	-	64.314
SALDOS EM 31/12/1.997	154.130	53.436	1.999	30.826	173.969	284.680	(4.172)	-	694.868
AUMENTO DE CAPITAL - AGE DE 24/03/1.998	25.340	-	-	-	(25.340)	-	-	-	-
JUROS S/ CAPITAL PRÓPRIO COMPLEMENTAR - ANO 1.997	-	-	-	-	-	-	-	(3.547)	(3.547)
OUTROS EVENTOS:									
Cancelamento Ações Próprias	-	-	-	-	(4.568)	-	4.568	-	-
Reserva Decorrente de Incentivos Fiscais	-	278	-	-	-	-	-	-	278
Realização de Reservas	-	-	(50)	-	-	(12.502)	-	12.552	-
Aquisição de Ações Próprias	-	-	-	-	-	-	(2.959)	-	(2.959)
Atualização de Títulos Patrimoniais	-	752	-	-	-	-	-	-	752
Cisão Parcial	(83.078)	(9.637)	(1.949)	(15.302)	(25.833)	(201.378)	-	(3.475)	(340.850)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	-	79.660	79.660
DESTINAÇÕES:									
Reservas	-	-	-	3.754	58.112	1.210	-	(63.078)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(22.114)	(22.114)
SALDOS EM 31/12/1.998	96.392	44.829	-	19.278	176.340	72.012	(2.563)	-	406.288
MUTAÇÕES DO PERÍODO	(57.738)	(8.007)	(1.999)	(11.548)	2.371	(212.668)	1.809	-	(288.580)
SALDOS EM 30/06/1.998	179.470	53.829	1.956	33.056	164.668	297.258	(1.744)	-	728.493
JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO COMPLEMENTAR - ANO 1.997	-	-	-	-	-	-	-	(3.056)	(3.056)
OUTROS EVENTOS:									
Reversão de Reservas	-	-	-	-					

BANCO REAL DE INVESTIMENTO S.A.

SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP - C.N.P.J. 60.770.336/0001-65 - CARTA PATENTE Nº 1.461/1.966
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1.998 E 1.997 - EM R\$ MIL

(1) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco Real de Investimento S.A. foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

(2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência.

(b) Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar e provisões para perdas. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída em conformidade com as normas em vigor, e considerou a análise das operações de crédito, a atual conjuntura econômica e a experiência de anos anteriores, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais perdas.

(c) Ativo Permanente

Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1.995, combinado com os seguintes aspectos:

- Participações em Coligadas e Controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (nota 11).
- Depreciação do Imobilizado de Uso, calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações 2,5%; Veículos e Equipamentos de Processamento de Dados 20% e demais itens 10%.
- Amortização, basicamente, de despesas com logísticas (programas de processamento de dados), calculada pelo método linear pelo prazo de 05 anos.

(d) Passivos Circulante e Exigível a Longo Prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(e) Impostos e Contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social e PIS foram calculadas às alíquotas de 15% mais adicional, 18% e 0,75%, respectivamente, considerando para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada encargo. Também é observada pelo Banco a prática contábil de constituição de créditos tributários sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, conforme descrito na nota 10 "a" que, por este motivo, apresentou receita de imposto de renda e contribuição social na demonstração de resultado.

(3) DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações consolidadas foram elaboradas em conformidade com os princípios de consolidação da Lei 6.404/76 e Instrução CVM nº 247/96, tendo sido eliminadas as participações nas empresas consolidadas, os saldos de contas, as despesas e os lucros não realizados entre empresas bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários.

Essas demonstrações contábeis incluem as do Banco Real de Investimento S.A. e das seguintes controladas diretas e indiretas, nos seguintes percentuais de participação:

Controladas	1.998	1.997
- Cia. Real de Arrendamento Mercantil	60,90%	60,90%
- BRI Participações Ltda.	99,54%	99,54%
- Cia. Real Corretora de Câmbio e Val. Mobiliários	49,98%	49,98%
- Cia. Real Agroindustrial	27,85%	28,09%
- Cia. Transamérica de Hotéis - Nordeste	36,45%	40,42%
- Agropalma S.A.	32,07%	33,34%
- Cia. Agroindustrial do Pará	27,08%	25,92%
- Uvale S.A. - Uvas do Vale do Gorutuba	53,84%	53,83%
- BRI Securities Inc (1)	100,00%	-
- Amapalma S.A. (2)	92,09%	-

(1) A controlada BRI Securities Inc. foi constituída em abril/98.

(2) Adquiriu a condição de controlada indireta em julho/98.

(4) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - Carteira Própria

Circulante e Realizável a Longo Prazo

Composta por:	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	1.998	1.997	1.998	1.997
- Títulos Públicos - Tesouro Nacional	159.073	4.980	186.760	953.410
- Títulos Públicos - Banco Central	13.270	-	17.662	149.394
- Certificados de Depósitos Bancários	-	-	7.425	13.655
- Ações de Cias. Abertas e Fechadas	4.442	5.000	4.442	5.000
- Letras Hipotecárias	-	-	-	344.719
- Debêntures e Créditos Securitizados	11.151	-	11.151	-
- Outros Títulos	26.877	702	35.147	3.453
Total	214.813	10.682	262.587	1.469.631

(5) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

O saldo da provisão em 31 de dezembro de 1.998 atingiu o valor de R\$ 19.864 (1.997 - R\$ 8.159) CONSOLIDADO - R\$ 35.716 (1.997 - R\$ 53.092), para um saldo de créditos em liquidação e em atraso de R\$ 5.515 (1.997 - R\$ 3.179) CONSOLIDADO - R\$ 21.462 (1.997 - R\$ 43.064). No exercício, os créditos em liquidação e em atraso, amortizados para prejuízo totalizaram R\$ 2.258 (1.997 - R\$ 1.633) CONSOLIDADO - R\$ 5.704 (1.997 - R\$ 16.105), sendo recuperados no mesmo período R\$ 464 (1.997 - R\$ 727) CONSOLIDADO - R\$ 2.762 (1.997 - R\$ 7.071).

(6) EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

As obrigações por Repasses e por Títulos e Valores Mobiliários emitidos no Exterior classificadas no Longo Prazo são representadas por recursos captados no País e no Exterior, para repasses a clientes a saber:

- Operações Fiança com vencimentos até 15/06/2.012 à taxa de 4,5% a.a. mais T.J.P., garantidas por notas promissórias.
- Garantias de Fianças - POC com vencimentos até 15/09/2.008 à taxa pré-fixada de 8,5% a.a. e pós-fixada 4,5% a.a. mais T.J.P., garantidas por contratos.
- Commercial Papers com vencimentos até 21/08/2.006 à taxa pré-fixada de 10,0% a.a. e pós-fixada até 1,25% a.a. acima da libor, garantidas por notas promissórias.

(7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

Está dividido em 54.044.145 ações ordinárias e 43.408.042 ações preferenciais sem valor nominal. Do total das ações componentes do Capital Social, estão em tesouraria 95.146 e 515.027 ações ordinárias e preferenciais, respectivamente (vide item "f" nesta nota). É assegurado às ações preferenciais, que não possuem direito de voto, um dividendo mínimo de 6% a.a. sobre o respectivo valor do capital que essas ações representam. Conforme determinação da Comissão de Valores Mobiliários, através da Instrução nº 10 de 14/02/1.980, as ações em tesouraria não possuem direitos patrimoniais ou políticos.

(b) Dividendos

O Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme previsto no artigo 31 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei nº 9.249 de 28/12/1.995.

Os juros sobre capital próprio propostos e pagos nos exercícios de 1.998 e 1.997 estão demonstrados abaixo:

Demonstrativo	1.998	1.997
- Lucro Líquido do Exercício	79.660	90.244
- (-) Reserva Legal	3.754	4.104
- (-) Reserva de Lucros a Realizar	1.210	39.331
- Realização de Reservas	486	42.586
- Lucro Líquido Ajustado	75.182	89.395
- Juros sobre Capital Próprio - Vr. Bruto	22.114	26.293
- (-) I. Renda na Fonte sobre Juros s/Capital Próprio	3.317	3.944
- Juros sobre Capital Próprio - Vr. Líquido	18.797	22.349

Relativo ao exercício de 1.998, foram pagos juros sobre capital próprio, com base no balanço intermediário de 30 de junho de 1.998, o valor de R\$ 8.726, correspondente a R\$ 85,89 e R\$ 94,94 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, sujeito a incidência de imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, resultando no valor líquido de R\$ 7.417, correspondente a

R\$ 73,01 e R\$ 80,70 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, respectivamente. Para o segundo semestre, está sendo proposto o pagamento dos juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 13.388 correspondente a R\$ 132,38 e R\$ 145,62 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, sujeito a incidência de imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, resultando no valor líquido de R\$ 11.380, correspondente a R\$ 112,52 e R\$ 123,78 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, respectivamente.

Adicionalmente, foi aprovado o pagamento complementar de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 3.547, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 1.997, tendo em vista, adequar o valor dos lucros realizados daquele exercício. Esse complemento, sujeito a incidência de imposto de renda na fonte, correspondeu aos valores bruto e líquido de R\$ 36,61 e R\$ 31,12 respectivamente, por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, os quais foram pagos no decorrer deste exercício.

A adoção da distribuição dos dividendos na forma de juros sobre capital próprio, por conta do dividendo obrigatório anual, aumentou o resultado do Banco em R\$ 10.116 face ao benefício fiscal obtido. Os juros foram contabilizados em conformidade com a Circular Bacen nº 2.739/97, Deliberação CVM nº 207/96 e em atendimento às disposições fiscais.

(c) Cisão Parcial

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de agosto de 1.998, foi deliberada a cisão parcial de R\$ 340.650 de seu patrimônio líquido que foi vertida para a Real Holdings Participações S.A., sociedade constituída com o propósito específico de receber a referida parcela objeto da operação. Os ativos transferidos compreenderam a totalidade das participações societárias de 99,54% no BRI - PAR Dois Participações S/C Ltda., o qual detém 100% do capital social da Cia. Real de Crédito Imobiliário, de 25,06% no Banco Real de Colômbia S.A. e 8,98% na Cia. Real de Valores - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, no montante de R\$ 340.444, além de R\$ 206 em dinheiro. Os atuais acionistas do Banco Real de Investimento S.A., após as reorganizações societárias, tornaram-se acionistas da Real Holdings Participações S.A., mantendo-se rigorosamente sua participação proporcional, tanto em relação à quantidade de ações quanto à espécie das ações possuídas.

(d) Reservas de Capital e Estatutárias

	1.998	1.997
- Reserva para Incentivos Fiscais	26.744	26.466
- Reserva para Manutenção de Capital de Giro	-	7.235
- Atualização de Títulos Patrimoniais	18.085	17.333
- Outras Reservas de Capital	-	2.402
Total das Reservas de Capital	44.829	53.436
- Reserva para Aumento de Capital	142.317	140.126
- Reserva Especial para Dividendos	34.023	33.843
Total das Reservas Estatutárias	176.340	173.969

(e) Reserva de Lucros a Realizar

No exercício, foi constituída reserva de lucros a realizar no valor de R\$ 1.210 (1.997 - R\$ 51.390) de acordo com o artigo 197 da Lei nº 6.404/76, correspondente ao valor do resultado de participações em controladas ainda não realizado financeiramente. Também, no exercício, foi realizada a parcela da reserva de lucros a realizar no valor de R\$ 12.502 (1.997 - R\$ 42.503), a fim de adequar o valor dos lucros realizados no exercício anterior, bem como decorrente de venda de participação em coligada.

(f) Ações em Tesouraria

O Conselho de Administração deliberou autorizar a aquisição de ações do próprio Banco, para manutenção em Tesouraria e posterior cancelamento sem redução do capital social. No exercício, foram adquiridas 131.964 ações ordinárias e 617.204 ações preferenciais, ao custo mínimo de R\$ 2.600,00 e R\$ 2.015,02, médio ponderado de R\$ 4.066,17 e R\$ 3.924,58 e máximo de R\$ 5.210,00 e R\$ 5.120,00 por lote de mil ações, respectivamente. O valor de mercado, das espécies e classes de ações adquiridas, com base na última cotação anterior à data de encerramento do exercício foi de R\$ 2.340,00 para ações ordinárias e R\$ 2.330,00 para ações preferenciais, por lote de mil ações.

A AGE de 24/03/1.998, homologada pelo Banco Central do Brasil em 11/05/1.998, deliberou o cancelamento de 338.329 ações ordinárias e 1.097.827 ações preferenciais, tal como indicado na proposta da Diretoria e parecer do Conselho de Administração.

(8) TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas são efetuadas a taxas e valores médios praticados com terceiros. Os ressarcimentos de custos referem-se a cobertura de despesas referentes a agenciamentos de operações, prestação de serviços e ratio de despesas.

OPERAÇÕES	1.998		1.997	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
- Disponibilidades	-	-	55	-
- Aplicações Financeiras de Curto Prazo	-	-	9.800	4.326
- Certificados de Dep. Interfinanceiros	(R\$ 576)	54.172	482.201	80.668
- Financiamentos	7.712	1.752	-	707
- Depósitos a Prazo	42.484	607	(46.762)	(161)
- Prestações de Serviços e Ressarcimento de Custos	(118)	(13.818)	(2.075)	(29.547)
- Aluguéis	(180)	299	-	928

(9) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias e de seus clientes. A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento das posições feitas por pessoal técnico especializado.

Esses instrumentos financeiros representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou comprar ou vender instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos, ou ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros, tendo como finalidade reduzir a exposição a riscos nos mercados respectivos.

O valor contábil dos instrumentos financeiros em contas patrimoniais ativas e passivas, representadas principalmente às aplicações Interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo e Interfinanceiros, equivale, aproximadamente, ao valor de mercado desses instrumentos, calculado com base nas taxas médias de juros praticadas no mercado. Os valores nominais globais dos instrumentos financeiros registrados em contas de compensação, em 31 de dezembro de 1.998, são representados por operações ativas e passivas de Swap nos montantes de R\$ 407.225 e R\$ 409.004, respectivamente, e os diferenciais a receber e a pagar, registrados nas contas patrimoniais correspondiam a R\$ 496 e R\$ 2.266 respectivamente.

BANCO REAL DE INVESTIMENTO S.A.SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP - C.N.P.J. 60.770.336/0001-65 - CARTA PATENTE Nº 1.461/1.966
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1.998 E 1.997 - EM R\$ MIL****(10) OUTRAS INFORMAÇÕES**

- (a) Outros Créditos - Diversos: incluem, basicamente, Tributos Antecipados e Depósitos Judiciais R\$ 6.159 (1.997 - R\$ 4.984) CONSOLIDADO R\$ 35.263 (1.997 - R\$ 36.456), Opções por Incentivos Fiscais R\$ 9.111 (1.997 - R\$ 9.113) CONSOLIDADO R\$ 12.310 (1.997 - R\$ 26.868) e Créditos Tributários R\$ 16.944 (1.997 - R\$ 5.006) CONSOLIDADO R\$ 34.978 (1.997 - R\$ 32.749). Os créditos tributários são calculados sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, representadas, basicamente, pela parcela indedutível da provisão para créditos de liquidação duvidosa, às mesmas alíquotas utilizadas para constituição da provisão para imposto de renda e contribuição social (vide nota 2 "e"). No exercício, foi efetuado um complemento no valor de R\$ 11.938 (1.997 - R\$ 43).
- (b) Outros Valores e Bens: basicamente, refere-se a imóvel alugado a terceiros, transferido no decorrer do exercício da rubrica de Imobilizado de Arrendamento, após a rescisão do contrato de leasing.
- (c) Outras Obrigações - Diversas: basicamente, composta por Provisões para Despesas Administrativas e Passivos Contingentes.

- (d) As garantias prestadas a terceiros na data do balanço, totalizaram R\$ 122.433 (1.997 - R\$ 113.048).
- (e) No exercício, os honorários da Administração totalizaram R\$ 3.588 (1.997 - R\$ 3.193).
- (f) Outras Receitas Operacionais: basicamente, composta por reversão de provisões operacionais, recuperações de encargos e despesas e atualização de tributos a compensar.
- (g) Outras Despesas Operacionais: basicamente, composta por atualizações de tributos e despesas de equalização de taxas sobre contratos de operações de crédito.
- (h) O Banco administra Fundos de Investimentos de Renda Fixa, de Ações, de Ações-Carteira Livre, Clubes de Investimentos e Carteiras de Particulares, cujos patrimônios líquidos, na data do balanço totalizavam R\$ 1.548.699 (1.997 - R\$ 5.071.738).
- (i) O Banco tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas.

(11) PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Os investimentos em Controladas e Coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial e estão assim representados:

EMPRESAS	Patrimônio		Lucro ou Prejuízo	Participação		Resultado da Avaliação	Valor Contábil do Investimento	
	Social	Líquido Ajustado		Ações ou Cotas Possuídas Ordinárias	Preferenciais		%	1.998
Banco Real de Colômbia (5,7,8)	-	-	4.717	-	-	1.182	-	8.155
BRI - Securitles (5,7)	604	405	(199)	1.000	-	(156)	405	-
Cia. Cimento Portland Itaú (2,5)	283.435	893.372	57.882	376.272.300	110.595.200	18,80	130.956	112.607
Cia. Real Agroindustrial (1,5,9a)	50.893	59.197	2.067	203.197	488.873	15,27	656	8.383
Cia. Real de Arrendamento Mercantil (5)	66.240	155.797	14.902	5.520.000	6.660.000	60,90	9.419	85.461
Cia. Real Corretora de Câmbio - CCVM (5)	12.420	41.300	6.171	3.749.272	3.748.170	49,98	3.250	20.642
Cia. Transamérica de Hotéis - SP (1,5,9b)	56.691	57.695	365	10.732	69.330	7,08	5	4.084
Cia. Transamérica de Hotéis - RIO (1,3,4,9c)	24.516	30.832	-	168.510	10.664.885	1,34	-	413
Cia. Transamérica de Hotéis - NE (1,5,9d)	89.517	31.879	(14.158)	-	2.378.068	5,49	(804)	1.750
BRI - Participações Ltda. (6)	26.868	92.038	(4.038)	26.744.827	-	99,54	32.721	91.614
Real S.A. - Partic. Internacionais (1)	42.218	37.819	35	154.579	1.479.044	47,36	158	17.753
Cia. Agroindustrial do Pará (1,4,5,9e)	23.203	23.090	-	291.271	2.330	7,41	-	1.711
Agropalma S.A. (1,5,9f)	48.556	42.340	1.942	8.182.554	1.682.306	8,69	283	3.679
Uvale S.A. - Uvas Vale do Gorutuba (1,5,9g)	13.533	2.235	(1.093)	3.402.323	5.062.276	47,98	(841)	1.072
Cia. Real de Valores - DTYM (5,8)	-	-	141	-	-	-	20	-
Cia. Refinadora da Amazônia (1,5,9h)	7.569	8.475	219	158.479	14.359	2,21	(12)	187
Bri - Par II Participações Ltda (8)	-	-	3.316	-	-	-	3.300	-
Amapalma S.A. (1,4,5,9i)	2.470	2.470	-	99.184	99.184	8,03	-	200
TOTAL	-	-	-	-	-	-	60.985	378.544

(1) Dados relativos a 30/11/1.998, (2) Dados relativos a 31/10/1.998, (3) Empresas não Auditadas, (4) Empresas em Fase Pré-Operacional, (5) Empresas Auditadas por outros Auditores Independentes, (6) Quantidade de Cotas de Propriedade do Banco, (7) Nos investimentos em empresas do exterior, apura-se ganho ou perda de capital em consequência da variação cambial. Neste exercício foi apurada uma perda líquida de R\$ 79 (1.997 - R\$ 1.331) (8) Investimentos vendidos a Real Holdings por cisão parcial em 31/07/1.998 e (9) Classes de Ações Preferenciais: a) 117.621 PNA e 371.252 PNB; b) 69.330 PNB; c) 10.664.885 PNB; d) 1.522.450 PNA, 697.497 PNB e 158.121 PNC; e) 2.330 PNB; f) 3.430 PNA e 1.678.876 PND; g) 561.587 PNA, 730.631 PNB e 3.770.058 PNC; h) 14.359 PNB; i) 99.184 PNB.

DELMIR ARAUJO MINEIRO
CONTADOR - CRC 1SP 136172/O-0**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

ALOYSIO DE ANDRADE FARIA

AUGUSTO ESTEVES DE LIMA JÚNIOR

RUBENS GARCIA NUNES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

Os membros do Conselho Fiscal do BANCO REAL DE INVESTIMENTO S.A., examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de 1.998 e, são favoráveis a sua aprovação pela Assembléia Geral.

São Paulo, 28 de janeiro de 1.999

Aureliano José Pires e Albuquerque

Luiz Alves Paes de Barros

Luiz Gonzaga Ramos Schubert

Paulo César de Lima

Rubens Barletta

DIRETORIA

PAULO GUILHERME MONTEIRO LOBATO RIBEIRO

DIRETOR PRESIDENTE

FERNANDO PINTO DE MOURA

DIRETOR GERAL

RENE ADUAN

DIRETOR GERAL

AILTON CARLOS CANETTE

DIRETOR

ANTONIO CESAR SANTOS COSTA

DIRETOR

BENEDITO CARLOS DE PÁDUA

DIRETOR

CARLOS ALBERTO DA CUNHA FERREIRA

DIRETOR

JOSÉ ANTONIO RIGOBELLO

DIRETOR

JULIUS HAUPT BUCHENRODE

DIRETOR

LUIZ FELIPE JACQUES DA MOTTA

DIRETOR

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas do

Banco Real de Investimento S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais individual e consolidado do Banco Real de Investimento S.A. e suas controladas, em 31 de dezembro de 1.998 e de 1.997, apresentados pela Legislação Societária, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, bem como as demonstrações do Banco do semestre findo em 31 de dezembro de 1.998, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis de determinadas empresas controladas e coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial são auditadas por outros auditores independentes, e a nossa opinião no que se refere ao investimento nessas empresas está baseada exclusivamente no exame desses outros auditores. O valor desses investimentos e os resultados por eles produzidos nos exercícios e segundo semestre de 1.998 montam, respectivamente, em R\$ 267.554 mil (1.997 - R\$ 246.574 mil), R\$ 24.198 mil (1.997 - R\$ 19.260 mil) e R\$ 9.078 mil (1.997 - R\$ 11.427 mil).

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do banco e de suas

controladas; (b) a constatação, com base em teste, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do banco e de suas controladas, bem como das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, com base em nossos exames e no parecer de outros auditores independentes, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1º apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco Real de Investimento S.A. e de suas controladas em 31 de dezembro de 1.998 e de 1.997, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, bem como as demonstrações do Banco do semestre findo em 31 de dezembro de 1.998, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária.

São Paulo, 28 de janeiro de 1.999

TREVISAN AUDITORES

Great Theorists International
Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP 013 439/O-5Waldemar Namura Júnior
Contador
CRC 1SP 154.938/O-0

AVIPAL S.A. - AVICULTURA E AGROPECUÁRIA

CNPJ nº 92.776.665/0001-00
Companhia aberta

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	1998	1997	1998	1997		1998	1997	1998	1997
Circulante					Circulante				
Caixa e bancos	901	2.559	6.315	7.121	Financiamentos	123.271	131.757	175.507	199.845
Aplicações de liquidez imediata	2.920	1.304	3.227	1.318	Fornecedores	21.223	13.518	39.430	30.426
Clientes	46.633	38.840	88.751	80.720	Salários e encargos sociais a pagar	4.660	4.262	8.396	8.882
Títulos e valores mobiliários	138.928	102.354	246.98	193.143	Impostos a pagar	757	1.313	3.572	2.341
Estoques	82.457	52.394	129.351	96.745	Imposto de renda e contribuição social a pagar	916	646	5.228	6.141
Dividendos a receber	313	1.387	-	-	Dividendos propostos e a pagar	6.727	9.009	6.890	9.175
Impostos a recuperar	23.323	6.020	31.876	14.699	Adiantamentos de clientes no exterior	23.142	-	23.142	-
Demais contas a receber	4.975	5.432	30.385	24.554	Obrigações pela compra de participação societária	24.017	21.947	24.017	21.947
	<u>300.450</u>	<u>210.290</u>	<u>536.891</u>	<u>418.300</u>	Demais contas a pagar	4.704	1.331	21.082	12.369
						<u>209.417</u>	<u>183.783</u>	<u>307.264</u>	<u>291.126</u>
Realizável a longo prazo					Exigível a longo prazo				
Sociedades controladas	4.106	12.292	-	-	Financiamentos	91.305	3.123	99.216	6.333
Depósitos e cauções	906	2.587	2.251	4.187	Encargos sociais a pagar	392	2.271	392	2.271
Créditos tributários	29.204	28.821	23.204	28.821	Sociedades controladas	30.274	59.323	-	-
Créditos na alienação de imobilizado	2.300	2.300	2.300	2.300	Imposto de renda e contribuição social diferidos	39.837	37.356	62.548	62.259
Dividendos a receber	5.551	5.551	-	-	Obrigações pela compra de participação societária	-	22.191	-	22.191
Empréstimos a cooperativas	-	-	6.566	10.290	Provisão para contingências	7.803	-	7.803	-
Demais contas a receber	-	-	899	670	Demais contas a pagar	-	-	355	368
	<u>36.067</u>	<u>51.551</u>	<u>35.220</u>	<u>46.268</u>		<u>169.611</u>	<u>124.264</u>	<u>170.314</u>	<u>93.422</u>
Permanente					Resultados de exercícios futuros				
Investimentos					Participações dos minoritários	331	331	25.115	25.008
Em controladas	254.024	240.037	-	-	Patrimônio líquido	-	-	51.031	51.674
Outros	325	325	724	688	Capital social	370.000	340.000	370.000	340.000
Imobilizado	193.929	192.452	384.663	381.801	Reservas de capital	8.185	8.678	8.185	8.678
Diferido	-	-	1.682	450	Reserva de reavaliação	3.640	4.352	3.640	4.352
	<u>448.278</u>	<u>432.814</u>	<u>387.049</u>	<u>382.939</u>	Reservas de lucros	8.937	7.957	8.937	7.957
	<u>784.795</u>	<u>694.655</u>	<u>959.160</u>	<u>847.507</u>	Lucros acumulados	14.674	25.290	14.674	25.290
						<u>405.436</u>	<u>386.277</u>	<u>405.436</u>	<u>386.277</u>
						<u>784.795</u>	<u>694.655</u>	<u>959.160</u>	<u>847.507</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

AVIPAL S.A. - AVICULTURA E AGROPECUÁRIA

CNPJ nº 92.776.665/0001-00
Companhia aberta

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais				
	Controladora		Consolidado	
	1998	1997	1998	1997
Receita bruta das vendas				
Mercado interno	368.150	342.993	759.340	730.440
Mercado externo	131.664	44.366	213.659	104.916
	499.814	387.349	972.999	835.356
Impostos sobre vendas e devoluções	(44.745)	(37.237)	(94.134)	(95.408)
Receita líquida das vendas	455.069	350.112	878.865	739.948
Custo dos produtos vendidos	(347.369)	(270.774)	(696.925)	(688.378)
Lucro bruto	107.700	79.338	182.940	151.570
Receitas (despesas) operacionais				
Com vendas	(47.757)	(34.194)	(94.657)	(75.581)
Gerais e administrativas	(18.173)	(15.318)	(45.638)	(43.582)
Honorários dos administradores	(1.288)	(1.378)	(2.687)	(1.679)
Participações em sociedades controladas	3.216	10.011	480	(290)
Despesas financeiras	(59.145)	(35.131)	(79.179)	(55.399)
Receitas financeiras	45.643	32.299	72.289	59.422
Outras receitas operacionais, líquidas	102	3.961	642	7.152
	(75.402)	(39.763)	(148.671)	(109.567)
Lucro operacional	32.298	39.575	34.269	41.713
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(2.728)	128	(2.421)	687
Lucro antes da contribuição social, do imposto de renda e das participações	29.570	39.700	31.848	42.380
Contribuição social	(2.073)	(2.368)	(2.784)	(3.238)
Imposto de renda	(6.941)	(7.488)	(8.387)	(9.883)
Lucro antes das participações	20.556	29.844	20.677	29.259
Participações dos empregados	(960)	(862)	(1.052)	(883)
Participações dos minoritários	-	-	(29)	608
Lucro líquido do exercício	19.596	28.984	19.596	28.984
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R\$	0,30	0,45		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais				
	Controladora		Consolidado	
	1998	1997	1998	1997
ORIGENS DE RECURSOS				
Das operações sociais				
Lucro líquido do exercício	19.596	28.984	19.596	28.984
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:				
Participações em sociedades controladas	(3.216)	(10.011)	-	290
Valor residual de ativo permanente baixado	5.379	4.081	6.730	6.688
Depreciação	22.325	22.491	38.634	37.468
Créditos tributários e imposto de renda e contribuição social diferidos	8.098	8.912	5.908	7.229
Juros e variações monetárias do exigível a longo prazo	2.534	4.943	105	1.399
Juros e variações monetárias do realizável a longo prazo	(1.421)	(1.291)	(6)	-
	53.295	58.109	70.965	82.058
Incentivos fiscais	4.217	5.847	4.217	5.847
Redução líquida do realizável a longo prazo	11.288	3.126	5.437	-
Transferência do ativo permanente para o circulante	2.254	5.922	2.624	8.093
Aumento líquido do exigível a longo prazo	62.523	-	98.689	-
Aumento do resultado de exercícios futuros	-	331	107	-20.242
Dividendos a receber	267	1.367	-	-
Total dos recursos obtidos	133.844	74.722	182.039	116.240
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
No realizável a longo prazo, líquido	-	-	36	950
Em investimentos, líquido do deságio	9.697	19.337	-	70
Em imobilizado	31.435	28.563	60.850	51.284
No diferido	-	-	1.212	437
Por transferência do exigível a longo prazo para o passivo circulante	22.191	18.799	22.191	18.799
Na redução líquida do exigível a longo prazo	-	9.181	-	5.396
Tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	-	1.922	-	1.922
Aquisição de participações de minoritários	-	-	582	35.333
Participações dos minoritários	-	-	61	608
Reversão de dividendos propostos por controlada em exercício anterior	1.341	-	-	-
Em dividendos	4.654	6.893	4.654	6.893
Total das aplicações	69.318	64.695	79.566	121.692
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAPITAL CIRCULANTE	64.526	(9.973)	102.453	(5.452)
VARIAÇÕES NO CAPITAL CIRCULANTE				
Ativo circulante				
No fim do exercício	300.450	210.290	536.891	418.300
No início do exercício	210.290	170.773	418.300	331.185
	90.160	39.517	118.591	87.115
Passivo circulante				
No fim do exercício	209.417	183.783	307.264	291.128
No início do exercício	183.783	134.293	291.128	198.559
	25.634	49.490	16.136	92.567
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAPITAL CIRCULANTE	64.526	(9.973)	102.453	(5.452)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

B3FEAR

AVIPAL S.A. - AVICULTURA E AGROPECUÁRIA

CNPJ nº 92.776.665/0001-00
Companhia aberta

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de reavaliação		Legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
		Incentivos fiscais	Própria	De controlada		Lucros a realizar		
Em 1º de janeiro de 1997	310.000	2.831	5.819	5.065	5.490	4.279	26.777	360.261
Capitalização de reserva e lucros	30.000	-	-	-	(3.223)	-	(26.777)	-
Incentivos fiscais - ICMS	-	5.847	-	-	-	-	-	5.847
Realização da reserva de reavaliação, líquida de tributos	-	-	(5.819)	(713)	-	-	4.610	(1.322)
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(38)	38	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	28.984	28.984
Apropração à reserva legal	-	-	-	-	1.449	-	(1.449)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,11 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(6.893)	(6.893)
Em 31 de dezembro de 1997	340.000	8.678	-	4.352	3.716	4.241	25.290	386.277
Capitalização de reserva e lucros	30.000	-	-	-	-	-	(25.290)	-
Incentivos fiscais - ICMS	-	4.217	-	-	-	-	-	4.217
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(712)	-	-	712	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	19.596	19.596
Apropração à reserva legal	-	-	-	-	980	-	(980)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,97 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(4.654)	(4.654)
Em 31 de dezembro de 1998	370.000	8.185	-	3.640	4.896	4.241	14.674	405.436

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASFE

JEREISSATI CENTROS COMERCIAIS S/A
CGC 07.992.621/0001-48

Senhores Acionistas,
Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. Saa. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31.12.1996/1997, acompanhado das Notas Explicativas correspondentes. Permitemos a inteira disposição de V. Saa. para maiores esclarecimentos que se façam necessários. Fortaleza, 30 de maio de 1998.

	1997	1996
ATIVO CIRCULANTE		
Disponível	28.395	2.324
Aplicações Financeiras	529.408	345.834
Clientes	2.451.457	2.326.062
Adiantamentos a Fornecedores	17.006	8.072
Outras Contas	169.064	730
REALIZ. A L. PRAZO (notas 2 e 3)	19.344.599	4.217.870
PERMANENTE		
Investimentos (nota 4)	17.479	17.479
Imobilizado Líquido (nota 6)	22.658.870	25.911.061
Diferido (nota 7)	54.079	182.148
	22.710.428	26.310.648
	43.470.674	33.403.547

	1997	1996
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores	17.334	36.245
Emprestimos Bancários	734.734	836.761
Obrigações Sociais e Fiscais	82.052	73.832
Provisão IR e Contribuição Social	81.373	312.153
Provisões Férias/Encargos	87.879	72.574
Outras Contas a Pagar	1.003.364	1.851.834
EXIGIVEL A L. PRAZO (notas 3 e 8)	23.576.073	24.030.593
RES. DE EXERC. FUTUROS (nota 10)	12.830.792	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social(nota 9)	13.029.717	13.029.717
Reservas Acumuladas	(7.413.716)	(7.753.037)
Adiant. para Futuro Aumento de Capital	2.244.438	2.244.438
Adiant. para Futuro Aumento de Capital	7.860.439	7.521.118
	43.470.674	33.403.547

	1997	1996
RECEITA DE PREST. DE SERVIÇOS	11.580.465	10.833.580
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	4.562.386	3.979.887
LUCRO BRUTO	7.018.079	6.854.493
DESPESAS/RECEITAS OPERAC.		
Administrativas	1.073.824.620	2.225.913
Comerciais	201.320	176.918
Outras	768.397	258.366
Resultado Operacional	(1.728.826)	(1.142.211)
Provisão Impostos (nota 11)	6.276.431	4.687.438
	4.547.605	3.545.227
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL	413.933	3.526.288
Resultado de Equivalência Patrimonial (nota 12)	-	339.287
Perda na Bolsa de Investimentos(nota 5)	-	(3.022.637)

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações contábeis.

ORIGENS DOS RECURSOS DAS OPERAÇÕES

	1997	1996
Lucro Líquido do Exercício	340.753	-
(+) Depreciação e Amortização	1.858.663	-
(-) Baixa de Imobilizado	3.404.580	-
(-) Ajuste de Exercícios Anteriores	(1.432)	-
	5.602.566	-
DE TERCEIROS		
Aumento Exigível a Longo Prazo	12.830.792	2.282.489
	12.830.792	2.282.489
	18.433.338	17.282.489

TOTAL DAS ORIGENS APLICADAS DOS RECURSOS NAS OPERAÇÕES

	1997	1996
Projeto do Exercício	-	3.707.583
Depreciação e Amortização	-	(1.903.743)
Baixas de Investimentos	-	(17.090)
	-	1.786.750
Aumento Realizável a Longo Prazo	15.126.729	1.977.406
Aquisição do Imobilizado	1.682.963	28.286
Aumento do Diferido	-	11.760
Lucro Distribuído	-	7.500
Ajuste Exercício Anterior	-	3.419
Redução de Exigível a Longo Prazo	454.420	-
	17.264.112	2.027.711

TOTAL DAS APLICAÇÕES AUMENTO DO CAPITAL CIRC. LÍQ. DEMONSTRAÇÃO AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE

	1997	1996
ATIVO CIRCULANTE		
No início do exercício	2.874.989	1.982.741
No fim do exercício	3.195.645	2.874.989
	320.656	892.248
PASSIVO CIRCULANTE		
No início do exercício	1.851.834	3.432.856
No fim do exercício	1.851.834	1.851.834
	(345.468)	(1.581.022)
	1.506.368	846.768

AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE

	1997	1996
At notas explicativas anexas não parte integrante das demonstrações contábeis	1.506.368	846.768
Outro Resultado Operacional	(207.573)	(240.150)
LUCRO OPERACIONAL	1.298.795	606.618
CONTRIB. SOCIAL		
Provisão Contribuição Social	408.337	(1.499.332)
Reversão Provisão Imposto de Renda	135.688	237.710
Provisão Impostos de Renda	(122.252)	(377.180)
LUCRO(PREJUIZO) DO EXERCÍCIO	340.753	(3.707.583)
LUCRO(PREJUIZO) LÍQUIDO PÓS AÇÕES	340.753	(3.707.583)

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações contábeis.

Resumo

	Capital Social	de Capital	Legal	Prejuízos Acumulados	Futuro Aumento de Capital	Total
SALDOS EM 31.12.95	10.639.808	2.389.909	-	(4.034.433)	2.244.438	11.239.720
Ajuste Exercício Anterior	-	-	-	(3.419)	-	(3.419)
Aumento de Capital 10.09.95	2.389.909	(2.389.909)	-	-	-	-
Distribuição de Lucros	-	-	-	(7.500)	-	(7.500)
Resultado do Exercício	-	-	-	(3.707.583)	-	(3.707.583)
SALDOS EM 31.12.96	13.029.717	-	-	(7.753.037)	2.244.438	7.521.118
Ajuste Exercício Anterior	-	-	-	(1.432)	-	(1.432)
Resultado do Exercício	-	-	-	340.753	-	340.753
SALDOS EM 31.12.97	13.029.717	-	-	(7.413.716)	2.244.438	7.860.439

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996 - I. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - a) Apresentação das Demonstrações Contábeis - As demonstrações contábeis da JEREISSATI CENTROS COMERCIAIS S/A foram elaboradas de acordo com os princípios de contabilidade emitidos pela legislação societária. b) Principais Práticas Contábeis - As práticas contábeis mais relevantes adotadas pela empresa foram: c) Depreciação do imobilizado alocado calculadas pelo método linear com base nas seguintes taxas: Edifícios 4%, Móveis Utensílios, Máquinas e Equipamentos, Instalações Gerais, Equipamentos de Comunicação 10% e Veículos, 20%; d) os investimentos são avaliados pelo critério de custo. 2. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	1997	1996
Corretas Converter Emp. Assoc.	167.184	167.184
Imobiliária Jereissati S/A	226.517	15.756
Caixa Administração e Comércio	1.448.107	-
TJ Participações S/A	2.393.264	2.391.664
Fruip Produções de Alimentos S/A	101.777	-
Shopping Center Iguaçu	91.188	-
ICN Participações e Administração	16.156.810	-
Serviços de Assistência Médica Caixa-SAMC	12.330	-
	19.149.440	4.022.711

6. IMOBILIZADO

	1997	1996
Terras	2.433.489	1.226.147
Edifícios	29.023.638	32.318.139
Móveis e Utensílios	166.681	98.391
Máquinas e Equipamentos	1.894.922	1.891.555
Veículos	83.727	83.727
Instalações Gerais	882.456	464.780
Linhas Telefônicas	28.645	28.645
Equipamentos de Comunicação	48.977	48.976
Marcas e Patentes	1.658	1.658
Imobilizado Líquido	34.584.211	37.118.248
	22.658.870	25.911.061

7. DIFERIDO - O saldo do diferido é composto por despesas de organização, despesas de implantação, estudos e detalhamentos e está sendo amortizado à taxa de 20% ao ano. 8. EXIGIVEL A LONGO PRAZO

	1997	1996
Co-Participação Prov. para Contingências(nota 3)	7.266.139	7.613.231
Financiamento(Ba)	171.108	171.108
Provisão Imposto de Renda	14.603.739	16.040.013
Provisão Imposto de Renda	117.919	133.688
Conta Corrente Emp. Associadas	417.528	68.447
	22.629.635	24.030.593

A) Financiamentos

	1997	1996
Banco do Brasil S/A	441.996	1.228
Banco ABC Roma	-	1.039.400
Banco Santander	1.511.802	3.118.200
Banco do Nordeste do Brasil	2.012.114	2.398.500
União de Bancos Brasileiros	7.210.243	7.210.243
The First Fine Bank	16.603.579	16.044.614

9. RESULTADO DO EXERCÍCIO FUTURO - Encerrado em 31 de dezembro de 1997, a empresa detém 20% do Shopping Center Iguaçu para receber em 5 anos um percentual igual, sendo adotada a prática contábil usual de reconhecimento como resultado de exercícios futuros, apropriando-se nos resultados de exercícios anteriores o resultado de investimentos. 10. CAPITAL SOCIAL - O capital social de R\$ 13.029.717 é representado por 35.029.717 ações ordinárias sem direito a voto, com valor nominal de R\$ 370,00 cada uma. 11. DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	1997	1996
Despesas Financeiras	437.186	3.922.060
Variação Monetária Passiva	840.706	783.094
Receitas Financeiras	486.178	288.228
	4.796.411	4.512.682

12. AVANÇOS CONCEDIDOS - A empresa formou avanços para financiamento da coleção REFRIGEROS CLARENSES S/A em valores de R\$ 4.583.181 e POTY REFRIGERANTES LTDA. no montante de R\$ 746.951,30.

CESP

No caderno "Demonstrações Contábeis CESP e consolidado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 1997 e 1996" encontra-se o item balanço social dentro do relatório da administração. O que se destaca neste relatório são os indicadores laboriais, já que nada consta sobre investimentos comunitários e em meio ambiente.

CESP	1997	1996
1 - Bases de Cálculo	R\$ mil	R\$ mil
Faturamento Bruto	4 208.416	3 645.148
Pessoal - Folha de Pagamentos (sem encargos)	344 633	325 503

Tabela 2

2 - Indicadores Laborais	1997		1996	
	R\$ mil	% s/ Folha	R\$ mil	% s/ Folha
Alimentação	19.899	5,8%	23.567	7,2%
Encargos Sociais Compulsórios	83.438	24,2%	75.547	23,2%
Previdência Privada	34.185	9,9%	31.748	9,8%
Saúde	25.136	7,3%	25.786	7,9%
Educação	5.655	1,6%	4.718	1,4%
Participação nos lucros ou resultados	8.529	2,5%	11.275	3,5%
Outros benefícios	647	0,2%	450	0,1%
Total	177.489	51,5%	173.091	53,2%

Tabela 3

4 - Indicadores do Corpo Funcional	1997	1996
	nº empregados	nº empregados
numero empregados final periodo	8 796	10.223

Tabela 4